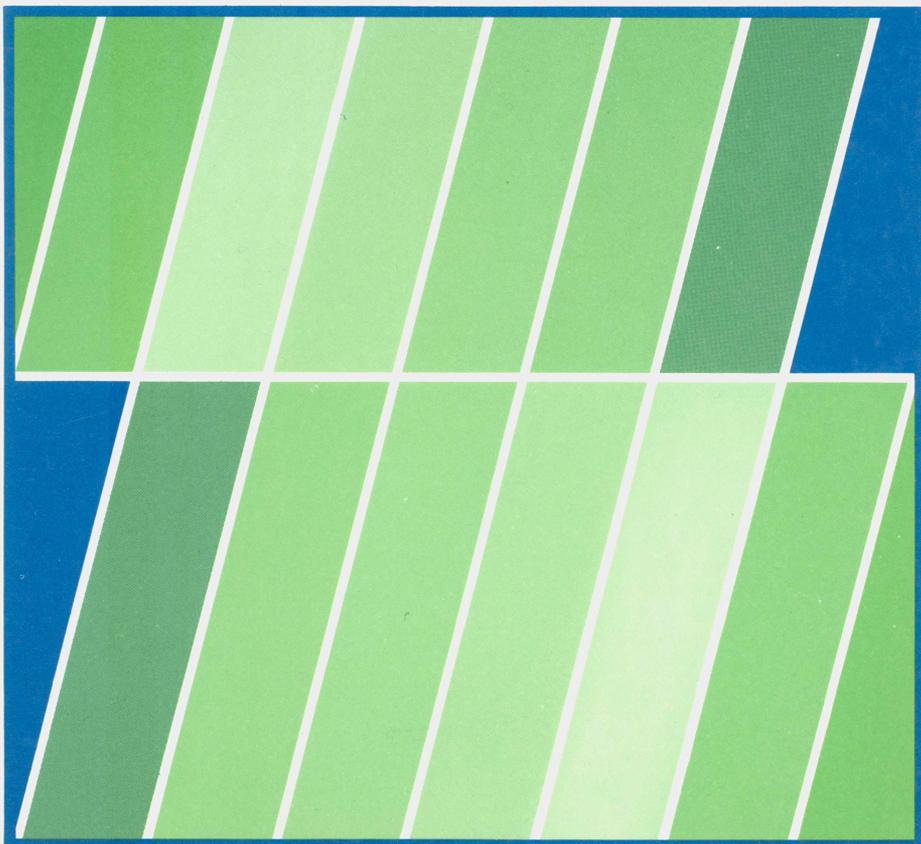


BIBLIOTECA PÚBLICA BRASILEIRA

DESEMPENHO E PERSPECTIVAS

EMIR JOSÉ SUAIDEN



Lisa/INL-MEC

BIBLIOTECA PÚBLICA BRASILEIRA:
desempenho e perspectivas

EMIR JOSÉ SUAIDEN

Biblioteca Pública Brasileira: desempenho e perspectivas



Livros Irradiantes S.A.

Em convênio com o
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

1980

Capa:

Regina B. Tracanella
Maria Teresa A. Jorge

CIP-Brasil

S932b Suaiden, Emir José, 1946-
Biblioteca pública brasileira : desempenho e perspectivas
/ Emir José Suaiden. — São Paulo : LISA ; [Brasília] : INL,
1980.

Originalmente apresentada como dissertação de mestrado
à Universidade Federal da Paraíba.

Bibliografia.

1. Bibliotecas públicas 2. Bibliotecas públicas — Brasil
I. Instituto Nacional do Livro. II. Título.

CDD:027.481
:027.4
CDU:027.4(81)

CCF/CBL/SP-80-0524

Índices para o catálogo sistemático (CDD):

1. Bibliotecas públicas 027.4
2. Brasil : Bibliotecas públicas 027.481

Todos os direitos reservados por

LISA — Livros Irradiantes S/A

Sede própria — Edifício Lisa

Rua Castro Alves, 131 - Liberdade - CEP 01532 - S. Paulo - SP - BRASIL

Caixa Postal, 7873. End. teleg.: LISALIVROS

Fones: 279-7169, 279-6350 e 270-1932

Dados biográficos

Emir José Suaiden nasceu em Mandaguari, Paraná, a 13 de agosto de 1946.

Sua instrução primária e secundária foi adquirida no Paraná e em São Paulo. Radicado em Brasília desde 1965, concluiu, em 1971, o Curso Superior de Biblioteconomia no Departamento de Biblioteconomia da Universidade de Brasília.

Em 1972 foi admitido no quadro da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, tendo ali exercido sucessivamente as chefias das Seções de Circulação, Aquisição, Referência e Intercâmbio.

Em 1973 foi requisitado para o Ministério da Educação e Cultura, a fim de ocupar o cargo de Assessor do Programa de Bibliotecas, do Instituto Nacional do Livro. Nessa qualidade, sua atuação se tem projetado por todo o País, alcançando desde a implantação de serviços bibliotecários na região da Transamazônica, como supervisor do projeto do INL, até a eficaz e decisiva participação na elaboração do plano do Sistema Nacional de Bibliotecas.

Emir José Suaiden, que já exerceu a Presidência do Conselho Regional de Biblioteconomia — 1.ª Região, é dinâmico batalhador pelas reivindicações da classe, sendo assiduamente convidado para prestar sua colaboração a todos os conclaves e encontros dos Bibliotecários.

Por iniciativa da UNESCO, fez estágios nos Estados Unidos, na Jamaica e na Dinamarca, ocasião em que estendeu a sua viagem de observação a outros países da Europa, como Espanha, França e Inglaterra.

Participou do XXXIX Congresso e Conferência da Federação Internacional de Documentação, realizado no México, no período de 22 a 29 de setembro de 1976, apresentando em colaboração com Herberto Sales o trabalho intitulado: *O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas como meta básica para o desenvolvimento brasileiro*.

Em 1978 foi eleito "Bibliotecário do Ano" pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários e, em 1980, concluiu o Mestrado em Biblioteconomia na Universidade Federal da Paraíba.

O Autor do presente livro tem proferido, no Brasil e no exterior, numerosas palestras e conferências sobre temas de sua especialidade, entre os quais se salientam o intercâmbio em bibliotecas, bibliotecas públicas e o livro no Brasil.

Prefácio

MESTRE SUAIDEN

Suaiden, seu sobrenome, pelo qual me habituei a chamar-lhe desde que em 5 de abril de 1974 assumi a direção do Instituto Nacional do Livro, a convite do então Ministro da Educação e Cultura, hoje governador do Paraná, Ney Braga. Seus colegas, bibliotecários, que em 1978, através da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, o elegeram “Bibliotecário do Ano”, lhe chamam pelo prenome: Emir. Agora, depois da defesa da tese que ora se publica neste volume, coroamento do seu mestrado em Biblioteconomia, já lhe posso chamar Mestre Suaiden. E o faço por gosto, com especial contentamento, quase com uma ponta de vaidade, porque se de alguma coisa posso me envaidecer em tudo isso é de haver propiciado a Suaiden, que já era um mestre, em seu dedicado e competente trabalho no INL, condições para que passasse a ser mestre por título, de fato e lei, com o reconhecimento oficial de sua mestría.

Seu grau de mestre foi conquistado no Curso de Mestrado em Sistemas de Bibliotecas Públicas, promovido pela Universidade Federal da Paraíba, em convênio com o Instituto Nacional do Livro, num dos projetos mais significativos levados a efeito por esse órgão na área de recursos humanos. A Universidade Federal da Paraíba vivia então uma fase de intensa atividade, não apenas de rotina universitária, mas de criatividade universitária

com largo envolvimento cultural, inclusive no setor de publicações. Credite-se isto à ação do reitor Lynaldo Cavalcanti, homem de cultura e inteligência, que sabe que nenhum país pode projetar-se culturalmente como nacionalidade sem o fortalecimento de suas políticas culturais regionais.

O Curso de Mestrado em Sistemas de Bibliotecas Públicas contou com a participação docente de especialistas nacionais e estrangeiros, que na Universidade Federal da Paraíba cumpriram — uns, apenas seu ciclo ou programa específico de aulas, como a norte-americana Esther Dyer, de New York, grande conhecedora da área de bibliotecas escolares e bibliotecas de lazer para crianças, não fosse ela também uma consumada perita em literatura infantil “tout court”; outros, que acompanharam todo o curso e até mesmo integraram a banca examinadora, como o inglês Lawrence Hallewell, Ph.D. em Biblioteconomia pela Universidade de Essex, nosso conhecido de um encontro do SALALM (Seminary Acquisition Latin American Material) em Bogotá, para não falar no orientador da tese propriamente dito: o professor chileno Roberto Jarry Richardson, Ph.D. em Educação pela Universidade de Stanford, Estados Unidos. Sob a presidência deste, contou ainda a banca examinadora com a presença da Professora Maria das Graças de Lima Melo, Livre-docente de Biblioteconomia na Universidade Federal de Pernambuco.

A dissertação de mestrado de Mestre Emir Suaiden, intitulada *Biblioteca Pública Brasileira: desempenho e perspectivas*, foi desenvolvida de forma bastante abrangente, a partir de uma síntese histórica dos primeiros serviços bibliotecários no Brasil, até a mais atualizada abordagem deles, com ênfase de pesquisa em entrevistas diretamente colhidas em 23 bibliotecas públicas estaduais, e nas atividades bibliotecárias do Instituto Nacional do Livro, desenvolvidas em todo o território nacional, através de convênios que incluem desde as doações bibliográficas até o treinamento de pessoal para operar complementarmente as bibliotecas convenientes. De resto, a sistemática de todas as atividades do INL se acham estudadas e detalhadas nesta magnífica dissertação de Mestre Suaiden.

Suaiden nasceu no Paraná; muito jovem ainda foi com os pais para São Paulo, e sua formação seria paulista se, a rigor, não fosse brasileiro: em Brasília foi que completou os seus estudos e afinal encontrou o seu destino. Formou-se em Biblioteconomia e, já como bibliotecário, foi trabalhar no Instituto Nacional do Livro, então competentemente dirigido por minha amiga e colega de literatura — escritora Maria Alice Barroso. No INL o encontrei, e no INL ele permanece. Admirador de seu trabalho, foi com prazer que o vi ampliar seus conhecimentos profissionais em estágios no exterior, na área de sistemas de bibliotecas públicas, nos Estados Unidos, Jamaica e Dinamarca. Em 1976, aliás, tive oportunidade de com ele participar do XXXIX Congresso e Conferência da Federação Internacional de Documentação, na capital do México, apresentando em colaboração com ele o informe intitulado *O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas como meta básica para o desenvolvimento brasileiro*. O título do informe pode parecer pomposo, mas, em verdade, Suaiden e eu formamos ao lado de todos aqueles que não acreditam em desenvolvimento de um país sem que esse país desenvolva qualitativamente seu povo, pela educação e pela cultura. O que vale dizer que nenhum povo se desenvolverá qualitativamente sem o apoio de uma política bibliotecária que efetivamente promova a democratização da leitura e do conhecimento, como fatores de progresso pessoal e bem-estar social. Neste sentido, estamos no caminho certo. Se ainda temos muito que fazer, reconheça-se que muito já fizemos em matéria de política bibliotecária. O titular da pasta a que Mestre Suaiden e eu servimos, servindo ao mesmo tempo ao livro brasileiro, também pensa do mesmo modo. Afinal, muito antes de ele ser Ministro eu já conhecia como seu amigo o pensamento dele a esse respeito. Nunca foi outro o pensamento do escritor Eduardo Portella, expressão legítima e alta da Educação e da Cultura no Brasil.

HERBERTO SALES

Sumário

Introdução

Capítulo 1 — *Uma visão retrospectiva*

Capítulo 2 — *Metodologia*

Capítulo 3 — *Bibliotecas públicas: características gerais*

Capítulo 4 — *Bibliotecas públicas: desigualdades regionais*

Capítulo 5 — *Conclusões*

Capítulo 6 — *Uma política de desenvolvimento para bibliotecas públicas*

Referências bibliográficas

ANEXOS

Anexo 1 — *Relação das bibliotecas públicas onde se colheram as entrevistas*

Anexo 2 — *Roteiro da entrevista*

Anexo 3 — *Tabulação de dados*

Anexo 4 — *Manifesto da UNESCO sobre a Biblioteca Pública*

Introdução

As bibliotecas públicas nos países desenvolvidos são as responsáveis, em grande parte, pela formação de hábitos de leitura na comunidade e a principal fonte de estímulo ao desenvolvimento da indústria editorial.

Há muito vem sendo reconhecido pelas autoridades o valor das bibliotecas públicas e o dever dos governantes em oferecer esse serviço à comunidade. Nos Estados Unidos da América do Norte, desde 1917, a biblioteca pública assumiu um papel de suma importância e, em 1949, com a publicação do *Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas*, esse tema despertou enorme interesse, dando grande impulso, em diversos países, aos serviços prestados pelas bibliotecas públicas. Outras atividades importantes e que contribuíram decisivamente para esse avanço foram aquelas desenvolvidas, durante as últimas décadas, pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecários (FIAB). Podemos citar, como exemplo, a declaração geral das normas aprovadas em Madri, em 1958, e as normas para edifícios de bibliotecas públicas, aprovadas em Varsóvia, em 1959. O manifesto da UNESCO foi revisado em 1972 e as normas da FIAB em 1973. Os novos textos aproveitaram a experiência adquirida na preparação de normas nacionais.

No Brasil, muitos foram os esforços despendidos pelas sucessivas administrações brasileiras, a partir de 1808, visando à criação de bibliotecas de diferentes tipos.

Na área das bibliotecas públicas, cada vez mais se comprova que esse tipo de prestação de serviços é missão indeclinável do Estado. O livre acesso ao conhecimento registrado é pré-requisito para a formação de comunidades autoconscientes, integradas na cultura de sua nação, ajustadas ao seu tempo e aptas a encontrar o equilíbrio na síntese das ideologias possíveis, que tornam tão variadas as opções de vida na sociedade contemporânea. A função social da biblioteca está integrada com a da comunidade e a da escola. Biblioteca e escola se complementam, se sucedem em diferentes etapas da vida do indivíduo e o marcam para sempre.

Herberto Sales, Diretor do Instituto Nacional do Livro, afirma que: “A biblioteca pública, como núcleo de irradiação cultural na comunidade, como agência de informação e pesquisa, como centro de aperfeiçoamento intelectual, enfim, como meio, por excelência, de democratização da leitura e do conhecimento, assume papel de maior importância na vida de um país e na vida do homem, porque, à medida que o homem se realiza no saber e na cultura, melhor se entenderá com os outros homens, e os povos com outros povos, num mundo de trabalho construtivo, de prosperidade social, de liberdade e paz”.

Apesar dos esforços do governo brasileiro e do trabalho incessante de organizações internacionais, como a UNESCO e a OEA, favorecendo uma política de desenvolvimento de bibliotecas públicas, a carência bibliográfica, sobretudo no Brasil, é muito grande, impossibilitando o levantamento da situação em que se encontram as bibliotecas públicas brasileiras.

Visando a um conhecimento dessa situação, não apenas pelo nosso interesse profissional, mas sobretudo, pelo que as bibliotecas públicas representam para o desenvolvimento da nação, foi escolhido o tema desta monografia, “Biblioteca Pública Brasileira: desempenho e perspectivas”, que será desenvolvido conforme plano descrito a seguir:

Após as páginas preliminares convencionais, é apresentado o capítulo primeiro, que se refere a uma visão retrospectiva das bibliotecas públicas no Brasil.

O segundo capítulo é relativo à metodologia utilizada no presente trabalho.

O terceiro capítulo aborda as características gerais das bibliotecas públicas.

O quarto capítulo é uma análise das desigualdades regionais.

O quinto capítulo é referente às conclusões.

O sexto capítulo é a abordagem de uma política de desenvolvimento para bibliotecas públicas.

A seguir, vêm as referências bibliográficas e os anexos.

1

Uma visão retrospectiva

A primeira biblioteca pública fundada no Brasil foi a Biblioteca Pública da Bahia, inaugurada no dia 4 de agosto de 1811. As bibliotecas fundadas anteriormente, como as dos conventos, não eram públicas, e a Biblioteca Real do Rio de Janeiro já existia em Lisboa, havendo, portanto, no caso, apenas a transferência de sede.

É importante salientar que a fundação da Biblioteca Pública da Bahia não se efetivou através de uma iniciativa governamental. Ela foi criada por iniciativa dos cidadãos.

Pedro Gomes Ferrão de Castello Branco encaminhou um projeto, datado de 5 de fevereiro de 1811, ao Conde dos Arcos, governador da Capitania da Bahia, solicitando a aprovação do plano para a fundação da biblioteca.

O projeto para o funcionamento da biblioteca, contendo as idéias de Castello Branco, intitulava-se: *Plano para o estabelecimento de huma bibliotheca pública na cidade de S. Salvador Bahia de todos os Santos, oferecido à aprovação do Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor Conde dos Arcos, Governador, e Capitão General desta Capitania.*¹⁷ (*)

(*) Vide "Referências Bibliográficas" à pág. 55.

Ele solicitou ao governador apenas a aprovação do projeto, pois a biblioteca seria mantida através da cooperação de todos os cidadãos que desejassem dela fazer parte. Castello Branco concebeu a biblioteca como uma instituição para promover a instrução do povo.

A idéia de Castello Branco era começar com subscritores de um plano coletivo de assinaturas de revistas e, com as sobras financeiras, adquirir livros para formar uma biblioteca. Castello Branco propôs, ainda, que, “para que destes elementos se possa formar com mais brevidade uma biblioteca ampla e capaz de preencher os fins de uma geral instrução, serão convidados os subscritores a entrarem para este estabelecimento com suas livrarias particulares ou com aquelas obras que podem dispensar do seu uso ordinário, as quais serão encaminhadas por doação ou por empréstimo, de que se lhe dará uma clareza, e far-se-ão os assentos necessários. A doação ou empréstimo far-se-á pública por meio da imprensa e uma cópia dela será remetida ao illustríssimo e excellentíssimo senhor general desta Capitania com o nome do que a houver feito como um benfeitor do Público, Amigo da Pátria e zeloso dos verdadeiros interesses do Soberano”.

Em seguida, aventa medidas para a escolha do local da biblioteca e recrutamento dos funcionários: “Tomar-se-há uma casa sufficiente, para os fins propostos, a qual deve ser dentro da cidade, em sítio agradável, bem arejado, e não muito próximo aos lugares mais freqüentados. Esta casa será ordenada com a possível decência e sempre de modo que se possa estar nella com aceio e satisfação. Na sala principal haverá uma grande mesa com assentos ao redor sobre a qual estarão as Gazetas mais recentes, pincel e tudo mais necessário para a escripta. Os Officiaes da Casa por agora serão uniccamente hum bibliotecário, hum moço servente, hum porteiro e hum moço empregado em a trazer sempre no maior aceio. Criar-se-hão depois os mais Officiaes que os subscritores julguem necessários. O Bibliothecário deverá ser hum sujeito de muito boa conducta que saiba bem ler, escrever e contar, sendo muito para desejar-se que tenha conhecimento das linguas, principalmente Latina, Franceza e Ingleza.

Os moços serventes deverão também saber ler, escrever e contar. O porteiro terá as mesmas qualidades”.

O Conde dos Arcos aprovou o Plano e, elogiando a iniciativa do seu autor, deu-lhe “a Direção de todos os objetos, trabalhos intermediários até a perfeição daquele estabelecimento”.

A biblioteca foi inaugurada no antigo Colégio dos Jesuítas, em 4 de agosto de 1811.

Posteriormente, a 29 de setembro de 1829, foi fundada a Biblioteca Pública do Estado do Maranhão, cuja abertura oficial ao público se deu no dia 3 de maio de 1831, ocupando a parte superior do Convento do Carmo, na Rua do Egito.

Em 1851 foi anexada ao Liceu Maranhense, e, através da Lei n.º 752, datada de 1.º de junho de 1866, passou a Biblioteca Pública Provincial a ficar a cargo e sob a guarda do Instituto Literário Maranhense.

De acordo com a Lei n.º 991, datada de 10 de junho de 1872, foi confiada à Sociedade Onze de Agosto, situada no pavimento superior do prédio da Rua do Egito. Em 4 de abril de 1883, foi reaberta ao público na Igreja da Fé, retornando depois ao Convento do Carmo, em 1886.

Depois de várias mudanças, o governador Sebastião Archer da Silva resolveu construir sua sede atual, cuja inauguração se deu no dia 29 de janeiro de 1951, localizada na Praça do Panteon.

A Biblioteca Pública do Maranhão, posteriormente denominada Biblioteca Pública Benedito Leite, começou a contar com profissionais bibliotecários na direção, a partir de agosto de 1973.

A seguir, e sempre através de iniciativa do governo, foram fundadas as seguintes bibliotecas públicas estaduais:

— Biblioteca Pública do Estado de Sergipe, em 1848, atualmente denominada Biblioteca Pública Epiphânio Dória;

— Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, em 1852, atualmente denominada Biblioteca Pública Presidente Castello Branco;

— Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, em 1855;

— Biblioteca Pública do Espírito Santo, em 1855;

— Biblioteca Pública do Estado da Paraíba, em 1857;

- Biblioteca Pública do Paraná, em 1857;
- Biblioteca Pública do Estado de Alagoas, em 1865;
- Biblioteca Pública do Estado do Ceará, em 1867, atualmente denominada Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel;
- Biblioteca Pública do Estado do Amazonas, em 1870;
- Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, em 1871;
- Biblioteca e Arquivo Público do Pará, em 1871;
- Biblioteca Estadual do Rio de Janeiro, em 1873;
- Biblioteca Estadual do Piauí, em 1883, atualmente denominada Biblioteca Estadual Desembargador Cromwell Carvalho;
- Biblioteca Pública Estadual do Mato Grosso, em 1912;
- Biblioteca Municipal de São Paulo, em 1926, atualmente denominada Biblioteca Municipal Mário de Andrade.
- Biblioteca Pública do Amapá, em 1945;
- Biblioteca Pública do Acre, em 1948;
- Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais, em 1954, atualmente denominada Centro de Educação Permanente Prof. Luís de Bessa;
- Biblioteca Pública Câmara Cascudo, do Estado do Rio Grande do Norte, em 1963;
- Biblioteca Pública Estadual de Goiás, em 1967;
- Biblioteca Pública Dr. José Pontes Pinto, de Rondônia, em 1969.

É importante salientar que a maioria dessas bibliotecas públicas foi criada sem possuir sede própria e que ocuparam diversos locais diferentes. Muitas, só na década de 1970 construíram um edifício apropriado ao funcionamento dos serviços, como a Biblioteca Pública da Bahia, que atualmente se chama Biblioteca Central da Bahia, a Biblioteca Pública do Espírito Santo, a Biblioteca Pública Epiphânio Dória, de Sergipe, etc.

Exemplo do destino anejo de nossas bibliotecas é a Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, do Ceará, que, antes da construção de sua sede própria, inaugurada em 1975, ocupou os

seguintes locais: Praça Marquês de Herval (1867 a 1873); Rua Sena Madureira, esquina da Visconde de Sabóia (1904 a 1926); ex-edifício da Assembléia Legislativa, na Rua Floriano Peixoto (1926 a 1952); Rua Solon Pinheiro, n.º 76 (1967 a 1970); no antigo Palácio da Luz, na Rua Sena Madureira (1970 a 1974); e Rua Tristão Gonçalves, n.º 920.

Mesmo no século XX, apenas alguns prédios de bibliotecas públicas foram construídos com assessoramento de bibliotecários. As Bibliotecas Públicas do Paraná, Pernambuco, Bahia e a Municipal de São Paulo são desses raros exemplos. Atualmente, está em processo de construção o novo prédio da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, em São Paulo, e o da Biblioteca Pública do Estado do Pará. Os dois projetos contam com assessoramento de bibliotecários.

Inaugurada em 1926, a Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade foi um marco importante na Biblioteconomia brasileira e um exemplo para a América Latina. Ocupando uma área de 15.000 m², está localizada no centro de São Paulo, sendo um verdadeiro monumento à cultura.

Sua primeira diretora, Adelpha de Figueiredo, foi uma das primeiras bibliotecárias brasileiras, formada pela Universidade de Columbia, em Nova York. Rubens Borba de Moraes foi o segundo diretor (período de 1935 a 1943), e a ele deve a Biblioteca sua reorganização, cujo plano foi dividido em quatro pontos:

1. reorganização completa dos serviços técnicos;
2. adoção de esquema de expansão bibliotecária;
3. formação de pessoal habilitado;
4. cooperação com outros institutos.

O terceiro diretor (1943 a 1959) foi o escritor, crítico literário e de artes plásticas, Sérgio Milliet.

Segundo Edson Nery da Fonseca, “os nossos primeiros bibliotecários tinham de ser influenciados pela Europa, como o foram os nossos primeiros escritores, artistas e cientistas. A essa constante da cultura brasileira não escapou — nem poderia escapar

— a Biblioteconomia. Foram europeus os primeiros tratados e manuais de Biblioteconomia lidos no Brasil. Namur, Cim, Maire, Delisle, Cousin, Morel, Petzholdt, Graesel, Laborde, Constantin e Peignot são nomes que encontramos freqüentemente nos relatórios e catálogos das bibliotecas mais antigas. E muitos bibliotecários foram à Europa — como hoje vão aos Estados Unidos — com o fim de estudar a organização e a administração de bibliotecas. O primeiro foi Benjamin Franklin Ramiz Galvão, cujo relatório, apresentado ao Ministro dos Negócios do Império, em 31 de dezembro de 1874, ainda hoje pode ser lido com proveito, pois em vez de uma descrição enfadonha — como o título e a condição de relatório poderiam fazer supor — contém críticas muito justas e observações de interesse permanente”.²⁸

No âmbito federal, em 1937, o governo criou, com a finalidade de propiciar meios para a produção, o aprimoramento do livro e a melhoria dos serviços bibliotecários, o Instituto Nacional do Livro, passando esse órgão do então Ministério da Educação e Saúde, depois Ministério da Educação e Cultura, a dar prioridade, em seu trabalho, à formação de bibliotecas públicas em todo o território nacional.

Mário de Andrade, em 1939, assim se expressava a respeito do assunto: “A criação de bibliotecas populares me parece uma das atividades mais atualmente necessárias para o desenvolvimento da cultura brasileira. Não que essas bibliotecas venham resolver qualquer dos dolorosos problemas da nossa cultura, o da alfabetização, o da criação de professores de ensino secundário, por exemplo... Mas a disseminação, no povo, do hábito de ler, se bem orientada criará fatalmente uma população urbana mais esclarecida, mais capaz de vontade própria, menos indiferente à vida nacional. Será talvez esse um passo agigantado para a estabilização de uma entidade racial, que, coitada, se acha tão desprovida de outras forças de unificação”.²

Em 1961, o Decreto-lei n.º 51.223, datado de 22 de agosto, criou, no Ministério da Educação e Cultura, o Serviço Nacional de Bibliotecas. Esse órgão tinha por finalidades: a) incentivar as diferentes formas de intercâmbio bibliográfico entre as biblio-

tecas do País; b) estimular a criação de bibliotecas públicas e, especialmente, de sistemas regionais de bibliotecas; c) colaborar na manutenção dos sistemas regionais de bibliotecas; d) promover o estabelecimento de uma rede de informações bibliográficas que servisse a todo o território nacional.

Entretanto, devido a uma série de fatores adversos, o Serviço Nacional de Bibliotecas não conseguiu cumprir seus objetivos, e o Decreto-Lei n.º 62.239, de 8 de fevereiro de 1968, incorporou-o ao Instituto Nacional do Livro, passando este a coordenar a política nacional de bibliotecas, tendo como meta prioritária a biblioteca pública.

Posteriormente, o Instituto Nacional do Livro adotou, entre outras, duas medidas de fundamental importância. A primeira foi firmar convênios com as prefeituras municipais para manutenção de bibliotecas públicas, nos quais ficaram definidas as obrigações do INL e a contrapartida dos municípios. A segunda foi adotar o sistema de co-edição em lugar da simples compra de livros a serem enviados às bibliotecas públicas municipais.

Outro fator importante foi a implantação da Lei n.º 5.692/71, que reformou o ensino de 1.º e 2.º graus, tornando obrigatória a pesquisa por parte do estudante. Em razão da impossibilidade de se manterem bibliotecas em todas as escolas, a biblioteca pública começou a ser vista pelas autoridades com dupla importância, porquanto passou a servir aos estudantes e à população em geral, tornando-se instituição indispensável à formação educacional e à cultural da comunidade.

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, cuja implantação foi iniciada em 1977, pelo Instituto Nacional do Livro, é de fundamental importância para o desenvolvimento das bibliotecas públicas e, até o momento, beneficiou os seguintes Estados: Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Distrito Federal, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Santa Catarina e Pará. Em todos esses Estados está havendo uma transformação nas atividades exercidas pela Biblioteca Pública Estadual, no sentido de assistir às bibliotecas municipais, deixando de ser, portanto, como até então

havia sido, meras bibliotecas públicas servindo apenas ao município sede da Capital.

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, coordenado pelo Instituto Nacional do Livro, tem possibilitado o incremento de recursos financeiros, humanos e de materiais necessários à prestação de eficaz assistência às bibliotecas públicas estaduais, a fim de que possam vir a desempenhar suas funções de cabeça ou centro dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas. Para participar do referido Sistema, governos de diversos Estados passaram a dar um apoio maior, em termos de recursos humanos e financeiros, às suas bibliotecas públicas estaduais.

Nos Estados do Pará, Acre e Espírito Santo, estão sendo construídos modernos prédios de bibliotecas públicas estaduais, atendendo aos objetivos básicos do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. No Estado do Paraná, um prédio foi adaptado, o qual servirá como Biblioteca Modelo, e no Rio Grande do Sul a Secretaria de Educação conseguiu uma área que está sendo utilizada como anexo da Biblioteca do Estado.

O Sistema em causa tem como objetivo geral colocar à disposição dos usuários bibliotecas públicas racionalmente estruturadas, favorecendo a formação de hábitos de leitura e estimulando a comunidade a acompanhar o desenvolvimento sócio-cultural do País.

Nessa síntese histórica das bibliotecas públicas brasileiras pode-se notar que na década de 1970 houve um maior desenvolvimento dessas bibliotecas, pelo fato de terem elas passado a fazer parte da políticas governamentais de Educação e Cultura.

Contudo, são poucos os trabalhos que se referem à situação das bibliotecas públicas brasileiras. Nas páginas seguintes será apresentada uma descrição detalhada dessa situação, com especial ênfase ao estudo comparativo por macro-região.

2

Metodologia

Esta pesquisa se baseia no estudo descritivo da situação das bibliotecas públicas estaduais brasileiras.

Foi escolhida a entrevista como instrumento para a coleta de dados, uma vez que esta modalidade foi considerada como a que maior flexibilidade dá, no sentido de formular questões ou acrescentar outras, para esclarecer respostas anteriores, além da possibilidade de observar o que diz o entrevistado e como o diz, bem como observar o ambiente e condições das quais o respondente participa.

A idéia inicial era de aplicar a entrevista em todas as bibliotecas públicas oficiais nas sedes das Unidades Federadas. Mas, logo no início da seleção das bibliotecas, foi observado no Cadastro de Bibliotecas do INL que:

- a. a Biblioteca Pública do Território Federal de Roraima havia sido extinta;
- b. não havia biblioteca pública no Território de Fernando de Noronha;
- c. no Distrito Federal não há biblioteca pública pertencente ao Estado; a única existente, dessa categoria, é a Biblioteca Demonstrativa do Instituto Nacional do Livro. Como um dos critérios adotados para a entrevista foi o de que so-

- mente as bibliotecas públicas da esfera estadual participariam da pesquisa, não foi incluída essa Unidade Federada;
- d. no Estado de São Paulo não existe biblioteca pública estadual, mas, dada a importância da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, esta foi incluída na pesquisa.

Ao todo, foram entrevistados bibliotecários responsáveis por 23 bibliotecas. Para conseguir o endereço das bibliotecas foi utilizado o Cadastro de Bibliotecas do INL. A relação das bibliotecas e o roteiro da entrevista estão anexados no final do presente trabalho.

Para todos os efeitos, os dados solicitados são referentes ao ano de 1978. Apenas, para estudo comparativo foram solicitados dados referentes a 1976, 1977 e 1978 nas variáveis relativas a recursos financeiros, acervo documental e circulação.

Na impossibilidade de o Autor realizar a entrevista em todas as Unidades Federadas, foram selecionados os representantes estaduais do Instituto Nacional do Livro para se encarregarem dela. Na reunião dos representantes estaduais, todos eles foram devidamente instruídos no sentido de assegurar na pesquisa o sucesso do trabalho. Sendo todos eles bibliotecários, houve facilidade na execução técnica do trabalho, que abrange as variáveis relacionadas abaixo:

- a. *Dependência administrativa* — É a esfera administrativa à qual pertence a biblioteca. Pode ser federal, estadual, municipal ou particular.
- b. *Subordinação* — Estado de dependência em relação a uma hierarquia. Geralmente, as bibliotecas públicas estaduais estão subordinadas às Secretarias de Educação e/ou Cultura.
- c. *Histórico* — Data da fundação da biblioteca e desenvolvimento das atividades.
- d. *Móveis* — Móveis utilizados na biblioteca, como cadeiras, mesas, assentos, etc.
- e. *Conservação* — Estado de conservação não apenas do prédio como dos móveis, equipamentos, acervos, etc.

- f. *Recursos humanos* — Pessoal administrativo que trabalha na biblioteca; dá-se ênfase aos auxiliares e bibliotecários formados.
- g. *Recursos financeiros* — Verba que é utilizada na biblioteca e destinada à aquisição de material bibliográfico, equipamento, reforma, móveis, etc.
- h. *Acervo* — Todo material bibliográfico ou audiovisual existente na biblioteca.
- i. *Serviço ao público* — Todos os serviços da biblioteca destinados aos usuários, tais como, consultas, empréstimo domiciliar, etc.
- j. *Serviço de extensão* — A população distante da biblioteca é atendida pelo serviço de extensão. Geralmente, essa atividade é desenvolvida através de carros-biblioteca e/ou caixas-estantes, e as populações atendidas são as localizadas fora do perímetro urbano, ou seja, em zonas suburbanas e rurais.
- l. *Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas* — Sistema implantado pelo Instituto Nacional do Livro, objetivando a implantação de subsistemas em cada Unidade Federada e encabeçado pela Biblioteca Pública do Estado. Todas as atividades técnicas são centralizadas pela Biblioteca do Estado, que passa a ter o controle e a assistir às bibliotecas municipais.

3

Bibliotecas públicas: características gerais

Neste item foi efetuada uma análise envolvendo uma descrição geral das bibliotecas pesquisadas, referente às seguintes variáveis: instalações, recursos humanos, recursos financeiros, acervo, serviço de extensão, Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e publicações das bibliotecas.

Instalações

Com referência às instalações, os dados foram analisados levando-se em consideração a área ocupada, os móveis disponíveis e o estado de conservação da biblioteca.

TABELA 1

Área ocupada pelas bibliotecas

ÁREA	BIBLIOTECAS	%
até 3.000 m ²	16	70,00
3.001- 6.000 m ²	2	8,50
6.001-12.000 m ²	3	13,00
acima de 12.000 m ²	2	8,50

É fácil observar que o percentual maior (70%) incide sobre as bibliotecas públicas que ocupam área de até 3.000 m²; de 3.001 a 6.000 m² encontram-se duas; de 6.001 a 12.000 m², três; possuindo as duas restantes área superior a 12.000 m².

Essas bibliotecas pesquisadas estão localizadas nas capitais das Unidades Federadas e, mesmo atendendo apenas a essas populações, pode-se afirmar que as áreas destinadas às bibliotecas públicas não estão de acordo com os padrões internacionais mínimos. Apenas duas, com área superior a 12.000 m², são as bibliotecas públicas que apresentam condições para eficiente atendimento dos seus usuários. Como a presente pesquisa desconhece a área exclusiva dedicada aos usuários, a situação pode ser mais insatisfatória ainda.

No tocante aos móveis disponíveis, as vinte e três bibliotecas apresentam 1.235 mesas e 4.158 assentos. A média diária de consultas nessas bibliotecas é de mais de 10.000, o que significa que para oito leitores existe uma mesa e para mais de dois leitores há apenas um assento.

É, portanto, natural a reclamação dos leitores contra a falta de acomodações nas bibliotecas.

Vale ressaltar que foi constatada a existência de outros tipos de móveis, como, por exemplo, carteiras escolares, cabines, etc., mas o número desses móveis é absolutamente insignificante.

Quanto ao estado de conservação das bibliotecas, foram obtidos dois tipos de informação: a opinião do chefe da biblioteca e a do entrevistador. Isto foi feito com a intenção de contrastar a opinião mais subjetiva do chefe da biblioteca com a opinião considerada mais imparcial, como é a do entrevistador. No entanto, como as duas opiniões foram praticamente iguais, os totais finais acusaram que 50% das bibliotecas estão em bom estado de conservação, 30% regular, enquanto 20% estão em péssimo estado de conservação. Para se chegar a estes totais foram analisados o estado dos prédios, dos móveis, dos equipamentos, limpeza e iluminação.

Recursos Humanos

As vinte e três bibliotecas possuem 310 bibliotecários com curso de graduação e 1.073 funcionários sem curso de Biblioteconomia.

Considerando que no Brasil há cerca de 10.000 bibliotecários graduados pelas 30 escolas de Biblioteconomia existentes, conclui-se que o número de bibliotecários absorvidos pelas bibliotecas públicas é absolutamente insignificante. Isso demonstra uma falta de interesse por parte das autoridades para melhorar os serviços prestados por essas instituições, pois não aproveitam os recursos humanos disponíveis.

Quanto à relação do número de bibliotecários exercendo atividades em bibliotecas públicas e as populações a serem atendidas, a situação é muito grave. Se for considerada apenas a população dos municípios-sede das bibliotecas públicas pesquisadas — que em 1975 era estimada pelo IBGE em 23.275.187 —, teremos 75.081 habitantes por bibliotecário, comprovando-se, portanto, que é insignificante o número de bibliotecários.

Quanto ao salário desses profissionais, apenas uma biblioteca não informou a remuneração do seu único bibliotecário.

TABELA 2

Salário mensal dos bibliotecários

SALÁRIO MENSAL Cr\$	BIBLIOTECÁRIOS	%
até 10.000,00	124	40
10.001,00-16.000,00	168	54
acima de 16.000,00	17	6

O maior percentual de bibliotecários está na faixa salarial de Cr\$ 10.000,00 a Cr\$ 16.000,00. A seguir, 40% recebem até Cr\$ 10.000,00 mensalmente e apenas 6% recebem acima de Cr\$ 16.000,00.

Cabe destacar que, no mínimo, seis bibliotecários, no cargo de diretor da biblioteca, recebem menos que Cr\$ 16.000,00, tendo

sobre si toda a responsabilidade administrativa, além das tarefas profissionais que o cargo exige.

Comparando a mediana salarial dos bibliotecários (Cr\$ 11.080,00) com aquela que geralmente recebem outros profissionais de nível superior no serviço público estadual, tais como economistas, administradores, jornalistas, etc., o salário do bibliotecário apresenta-se relativamente satisfatório. Mas, se for considerado que o bibliotecário, a exemplo dos profissionais acima citados, é um técnico graduado em instituições do ensino superior, e cuja formação deve ser reconhecida pelas autoridades, chega-se à conclusão que o bibliotecário está numa situação salarial que não condiz com sua formação profissional.

Recursos Financeiros

A maioria das bibliotecas encontrou dificuldade em informar sobre recursos financeiros. Geralmente os recursos são geridos pela Secretaria, ou órgão hierarquicamente superior, e com isso as bibliotecas não têm controle dos recursos financeiros. Entre as informantes, para 1976, os recursos financeiros totalizaram Cr\$ 13.645.915,00, e para 1978, Cr\$ 17.221.860,00. Estes totais são referentes aos recursos aplicados em: compra, construção, reforma de imóvel, aquisição de móveis, máquinas, equipamentos, aquisição de material bibliográfico, audiovisual e encadernação, não incluindo pagamento de pessoal.

Das vinte e três bibliotecas que prestaram informações, doze não tiveram recursos financeiros para aplicar nos fins acima mencionados, nem em 1976, nem em 1978. Somente uma aplicou recursos financeiros em 1976, e quatro o fizeram apenas em 1978; seis bibliotecas contaram com recursos durante os anos de 1976 e 1978.

De maneira geral, os recursos financeiros aplicados nas bibliotecas são insuficientes, o que tem prejudicado os usuários, ocasionando a desatualização do acervo e dificultando a aquisição de móveis, equipamentos, etc.

Acervo**TABELA 3****Acervo**

ACERVO	1976	BIBLIOTECAS		1978
Livros	1.789.223	15	23	2.400.794
Folhetos	9.662	12	19	25.875
Periódicos	2.306	14	18	11.716
Outros	14.053	10	15	24.735

Com relação ao acervo em livros, oito bibliotecas não conseguiram informar o número de volumes existentes em 1976. As quinze restantes totalizaram 1.789.223 livros. Em 1978 todas as bibliotecas informaram o acervo, somando um total de 2.400.794 livros. Como as bibliotecas que em 1978 apenas informaram o acervo são menores, pode-se afirmar que houve um aumento considerável, quase duplicando o acervo de livros existentes.

Na apuração do total de folhetos existentes, houve muita dificuldade em conseguir essas informações. Muitas bibliotecas não numeram ou tombam os folhetos, e em razão desse problema as próprias bibliotecas não conseguiram informar o total de folhetos existentes.

Igualmente, as bibliotecas pesquisadas encontraram também muitas dificuldades em informar sobre periódicos. Portanto, as cifras que aparecem na tabela não representam a situação real, mas apenas uma estimativa.

Organização das Coleções

Com referência à organização das coleções, é a seguinte a proporção do acervo catalogado e classificado, quer dizer, à disposição do público, de acordo com a Tabela 4 a seguir.

De acordo com essa tabela, a situação das bibliotecas em relação à organização das coleções é bastante deficitária. Num total de onze bibliotecas é de menos de 50% o acervo processado, o que impede o acesso do público ao acervo global, num país onde as oportunidades de leitura são ainda muito restritas. A carência de pessoal, principalmente de bibliotecários, é apontada como fator responsável pelo baixo percentual de coleções organizadas.

TABELA 4**Organização das coleções**

BIBLIOTECAS	%
2	Total
7	76-99%
3	51-75%
5	50-26%
6	-25%
—	Nenhum

Circulação

O Serviço de Circulação é, sem sombra de dúvida, o mais importante da biblioteca, porque é através dele que ela atinge o seu objetivo maior, que é o de assistir com eficiência ao leitor.

Infelizmente, muitas das bibliotecas tiveram grande dificuldade em fornecer as informações referentes ao presente item.

TABELA 5**Circulação**

PERÍODO	USUÁRIOS		EMPRÉSTIMOS	
	Bibliotecas informantes	Inscritos	Bibliotecas informantes	Média mensal
1976	10	29.420	9	28.855
1978	14	47.653	14	38.375

PERÍODO	CONSULTAS		FREQÜÊNCIA	
	Bibliotecas informantes	Média mensal	Bibliotecas informantes	Total
1976	16	215.433	16	140.921
1978	22	300.927	21	202.563

Assim, apenas dez bibliotecas conseguiram informar o total de usuários inscritos em 1976, que foi de 29.420. Em 1978, quatorze bibliotecas tiveram 47.653 usuários inscritos. Estes dados mais

uma vez confirmam a situação lastimável da grande maioria das bibliotecas descritas no presente trabalho, particularmente no que se refere à informação de sua estrutura e atividade.

Apesar de não ter havido constância de informações entre bibliotecas que forneceram estatísticas, pode-se notar que, de ano para ano, as bibliotecas assistem a um número maior de usuários. Mesmo que esses números sejam inexpressivos em relação às populações, o aumento gradativo da demanda significa que cada vez mais as pessoas entendem que o direito de ler representa igualmente o direito de desenvolver as capacidades intelectuais, bem como o direito de aprender e progredir.

Serviço de Extensão

As bibliotecas públicas no Brasil utilizam o serviço de extensão para realizar o atendimento bibliográfico às populações suburbanas e rurais, que não têm acesso ao prédio onde está instalada a biblioteca. Esse tipo de atendimento é realizado através de carros-biblioteca e/ou caixas-estantes.

Com referência aos carros-biblioteca, ficou constatado que doze bibliotecas possuem vinte e quatro desses veículos e as onze bibliotecas restantes não dispõem deste serviço.

Apenas seis bibliotecas trabalham com caixas-estantes, perfazendo um total de 171 caixas.

A UNESCO reconhece a extraordinária importância do serviço de extensão em bibliotecas públicas, principalmente nos países em desenvolvimento. O ato de levar livro às populações menos favorecidas é fundamental num país como o Brasil, com um número muito grande de analfabetos e um percentual baixo de pessoas com hábito de leitura.

É bem reduzido o número de Unidades Federadas que desenvolve essa programação. A frota de carros-biblioteca existente, bem como o número de caixas-estantes em atividade, são, ainda, inexpressivos para um país de dimensões continentais como o Brasil.

Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas

Das vinte e três bibliotecas públicas, treze iniciaram a implantação do Sistema de Bibliotecas Públicas, beneficiando um total de 718 municípios.

Considerando que a implantação do Sistema foi iniciada em 1977 e que essas treze Unidades tiveram que criar infra-estrutura para desenvolver a programação exigida pelo Instituto Nacional do Livro, pode-se considerar razoável o desenvolvimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Uma análise mais detalhada do referido Sistema é apresentada no último capítulo.

Publicações

Das vinte e três bibliotecas, nove publicam regularmente boletins e bibliografias, três publicam catálogos e seis publicam anais e informativos da Biblioteca.

A divulgação periódica da bibliografia estadual é função prioritária da biblioteca pública. No entanto, é muito baixo o percentual de bibliotecas que realizam essa atividade.

Além de representar estímulo à indústria editorial, a publicação corrente da bibliografia local possibilita efetivo controle bibliográfico, facilitando, portanto, a seleção de livros, tanto para as bibliotecas quanto para os seus usuários.

A análise realizada neste capítulo torna possível concluir que a situação geral das bibliotecas públicas no Brasil ainda é lamentavelmente crítica, particularmente com referência à área física ocupada, aos móveis e equipamentos, aos recursos humanos, sobretudo no que se refere aos bibliotecários, aos recursos financeiros, ao acervo, à organização das coleções e ao Serviço de Circulação.

Nas páginas seguintes será analisada a situação dessas bibliotecas públicas, segundo as regiões geográficas.

4

Bibliotecas públicas: desigualdades regionais

Nesta etapa do trabalho procura-se efetuar a análise comparativa com variáveis pesquisadas nas bibliotecas públicas por macro-região. As variáveis são as seguintes: área, móveis disponíveis, recursos humanos, recursos financeiros, acervo e circulação.

As macro-regiões no Brasil são formadas por diferentes números de Estados. Assim, a região Norte está representada no presente trabalho por cinco Estados (Rondônia, Amazonas, Pará, Amapá e Acre), a região Nordeste por nove (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia) a região Sul por três (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), a região Sudeste por quatro (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo) e a região Centro-Oeste por dois (Mato Grosso e Goiás). Isto dificulta a comparação, não obstante permita estabelecer as desigualdades quanto à infra-estrutura dos serviços bibliotecários nessas regiões.

A Tabela 6 apresenta uma distribuição regional referente à área, aos móveis disponíveis e à média mensal de consultas.

TABELA 6

Área, móveis disponíveis e média mensal de consultas

REGIÕES	ÁREA m ²	MÓVEIS DISPONÍVEIS		MÉDIA MENSAL DE CONSULTAS
		MESAS	ASSENTOS	
Norte	8.302	82	319	15.521
Nordeste	37.976	452	1.772	94.291
Sul	8.855	400	923	133.057
Sudeste	23.903	282	998	50.658
Centro-Oeste	3.250	19	146	7.400

A região Nordeste, representada por um número maior de Estados, dispõe da maior área (37.976 m²) e do maior número de móveis do País (2.224). Não obstante, não apresenta a maior média de consultas. Isto leva a pensar que a eficiência da biblioteca só em parte depende dos móveis disponíveis, o que fica comprovado pela situação das bibliotecas da região Sul, que embora com menos móveis disponíveis, apresentam a melhor média mensal de consultas.

Cabe salientar que a região Centro-Oeste, que não inclui o Distrito Federal, como já foi dito, está em piores condições, tanto quanto à área, quanto aos móveis disponíveis e à média mensal de consultas. Comprova-se, portanto, a pouca importância da biblioteca pública nesta região.

É importante destacar que a região Nordeste dispõe da maior área, visto que nela está situada a Biblioteca Central da Bahia, com uma área total de 20.000 m², o que representa mais de 50% em relação às outras bibliotecas daquela região. Portanto, é também crítica a situação das bibliotecas dos outros Estados do Nordeste em relação à situação física da Biblioteca.

Em todas as regiões há sempre uma ou outra biblioteca que se destaca pela área ocupada, total de móveis disponíveis ou média mensal de consultas. Mas, em termos regionais, a situação é grave, pois a maioria das bibliotecas não se atualiza para acompanhar o aumento da população e diversificação de interesses dos usuários.

Recursos Humanos e Salários

A tabela seguinte permite estabelecer diferenças importantes entre o número de bibliotecários e a média salarial em cada região. De acordo com a lógica da realidade sócio-econômica de cada região, a melhor situação é apresentada pelas bibliotecas do Sudeste e a pior pelas do Centro-Oeste. Essas duas regiões apresentam diferenças marcantes entre o número de bibliotecários e as médias salariais, em detrimento da região Centro-Oeste.

TABELA 7

Recursos humanos e salários

REGIÕES	N.º BIBLIOTECÁRIOS	MÉDIA SALARIAL Cr\$
Norte	37	11.140,00
Nordeste	102	8.229,00
Sul	57	11.700,00
Sudeste	111	12.400,00
Centro-Oeste	3	6.950,00

A região Nordeste aparece em segundo lugar, no que diz respeito ao número de bibliotecários, mas com uma média salarial inferior à das regiões Sul e Norte, e superior à da região Sudeste, o que também reflete a situação econômica dessa região.

Se, de um lado, o salário é razoável, pois equivale ao de outras profissões de nível superior trabalhando na administração estadual, o número de bibliotecários é ainda insignificante para um país com a população do Brasil, que precisa desenvolver-se e progredir, tanto do ponto de vista social, quanto do ponto de vista econômico e cultural. Além disso, os salários não são condizentes com as funções e a responsabilidade do bibliotecário.

Recursos Financeiros e Freqüência

Em termos de recursos financeiros, a liderança da região Sudeste é marcante com um total superior à soma de todas as outras regiões. No entanto, a freqüência de usuários que utilizam as

TABELA 8**Recursos financeiros e freqüência**

REGIÕES	RECURSOS FINANCEIROS Cr\$	FREQÜÊNCIA
Norte	620.356,00	16.544
Nordeste	4.046.547,00	89.321
Sul	2.322.185,00	18.307
Sudeste	10.192.772,00	74.127
Centro-Oeste	40.000,00	4.264

bibliotecas públicas é inferior à do Nordeste. Assim, comprova-se que a alocação de recursos financeiros, ao menos na região Sudeste, não está sendo aproveitada para melhorar o uso da Biblioteca por parte da população. O Nordeste conta com menos da metade dos recursos financeiros do Sudeste, mas com uma freqüência maior de usuários, podendo-se concluir que os recursos daquela região estão sendo melhor aproveitados na prestação de serviços às comunidades.

A região Centro-Oeste ocupa o último lugar, e os seus recursos não chegam a 1% dos aplicados na região Sudeste. Com exceção desta região, os recursos financeiros alocados para as bibliotecas são insuficientes e até ridículos, como os recursos das regiões Norte e Centro-Oeste. Isso provoca sérios obstáculos, que impedem o desenvolvimento da Biblioteca, prejudicando, portanto, os usuários e comprovando a pouca importância dessa entidade nas políticas de desenvolvimento cultural das Unidades Federadas.

É válido ressaltar que os recursos financeiros estão concentrados em algumas Unidades Federadas e não propriamente na Região. No Sudeste, por exemplo, a Biblioteca Mário de Andrade, do município de São Paulo, conta com cerca de 90% dos recursos aplicados na região. Afirmiação idêntica pode-se fazer em relação à Biblioteca Pública Presidente Castello Branco, de Pernambuco, em relação ao Nordeste. Portanto, nessas duas regiões, a situação das outras bibliotecas é muito precária no tocante aos recursos financeiros.

Acervo**TABELA 9****Acervo**

REGIÕES	LIVROS	FOLHETOS	PERIÓDICOS	OUTROS
Norte	234.831	9.253	99	327
Nordeste	491.197	8.724	3.319	6.326
Sul	309.840	2.271	313	2.098
Sudeste	1.330.810	3.877	7.948	15.981
Centro-Oeste	33.816	750	37	8

A região Sudeste aparece novamente numa posição de destaque e seu acervo é superior ao total registrado em todas as regiões. Afirmação idêntica pode-se fazer em relação aos títulos de periódicos e a outros materiais. Relacionando estes dados com os anteriores, de consultas e freqüência, chega-se à conclusão que esta região não está aproveitando todo o seu potencial para poder beneficiar um número maior de usuários.

Quanto ao acervo de folhetos, preferiu-se não analisá-lo, pois esse material, geralmente, não é registrado nas bibliotecas.

Com exceção da região Sudeste, o acervo existente nas outras regiões é insuficiente. A carência de recursos financeiros para aquisição de material bibliográfico é apontada como o principal fator que impede o desenvolvimento e a atualização dos acervos dessas bibliotecas.

Circulação**TABELA 10****Circulação**

REGIÕES	USUÁRIOS INSCRITOS	EMPRÉSTIMOS MENSAIS	FREQÜÊNCIA	MÉDIA MENSAL CONSULTAS
Norte	389	854	16.544	15.521
Nordeste	18.754	4.540	89.321	94.291
Sul	17.035	19.024	18.307	133.057
Sudeste	11.475	13.957	74.127	50.658
Centro-Oeste	—	—	4.264	7.400

O controle do Serviço de Circulação não é eficiente em muitas bibliotecas pesquisadas, pois cerca de 50% delas não conseguiram apresentar informações sobre essa atividade.

O maior número de usuários inscritos é da região Nordeste, vindo a seguir, respectivamente, as regiões Sul, Sudeste e Norte. Nenhuma biblioteca da região Centro-Oeste forneceu o número de usuários inscritos.

A região Nordeste está em primeiro lugar em relação à frequência de leitores, seguida pela Sudeste. Pode-se afirmar que em relação às outras, é bom o número de leitores que frequenta as bibliotecas dessas duas regiões.

A região Sul se apresenta como a mais eficiente, com referência à média mensal em empréstimos e consultas. Nas regiões Norte e Centro-Oeste a frequência é muito baixa e, nesta última, insignificante.

Em termos gerais, não existe coerência no Serviço de Circulação das Bibliotecas; umas são mais eficientes em alguns aspectos do que as outras.

De acordo com as informações apresentadas neste trabalho, a região Sudeste é menos eficiente em relação a outras regiões nos aspectos aqui levantados. As regiões Sul e Nordeste são mais eficientes com referência ao Serviço de Circulação: a primeira, quanto à frequência e usuários inscritos, e a segunda, quanto a empréstimos e consultas.

Acervo Total e Área Ocupada pela Biblioteca

Para medir a relação acervo e área, dividiu-se o acervo total existente em cada Unidade Federada pelo total da área ocupada na respectiva biblioteca. Foi incluído esse indicador por considerar-se importante, em termos de possibilidades de expansão e manuseio de acervo, conhecer o número de livros por m². A medida não é exata, pois não se tem a área exclusiva do acervo. Não obstante, permite ter uma idéia geral da situação de cada biblioteca.

TABELA 11

Acervo e área ocupada

NORTE	ACERVO	ÁREA m ²	LIVROS/m ²
RO	7.446	320	24
AM	157.650	6.074	260
PA	56.954	1.300	44
AP	11.359	482	24
AC	11.101	126	88
Subtotal	244.510	8.302	29

NORDESTE	ACERVO	ÁREA m ²	LIVROS/m ²
MA	125.384	2.400	52
PI	25.334	1.300	19
CE	32.210	2.772	12
RN	28.480	1.150	25
PB	17.406	450	39
PE	127.823	5.041	25
AL	15.912	170	94
SE	56.637	4.693	12
BA	80.380	20.000	4
Subtotal	509.566	37.976	13

SUL	ACERVO	ÁREA m ²	LIVROS/m ²
PR	172.189	6.200	28
SC	30.663	855	36
RS	111.665	1.800	62
Subtotal	314.517	8.855	36

SUDESTE	ACERVO	ÁREA m ²	LIVROS/m ²
MG	209.460	5.140	41
ES	26.531	847	31
RJ	180.071	2.916	62
SP	942.554	15.000	63
Subtotal	1.358.816	23.903	57

CENTRO-OESTE	ACERVO	ÁREA m ²	LIVROS/m ²
MT	21.025	3.000	7
GO	13.586	250	54
Subtotal	34.611	3.250	11
TOTAL GERAL	2.462.020	82.286	30

Roger Bastide⁵ afirma que o Brasil é um país de contrastes marcantes. Esta afirmação, além de ser aceita no campo sócio-cultural, é também aceita na área estrita das bibliotecas.

Os contrastes são tão marcantes, em bibliotecas que fazem parte da mesma região, que tornam praticamente impossível uma análise de eficiência por região.

Mesmo considerando que a área em m², fornecida pelas bibliotecas, é destinada não somente ao acervo mas também aos móveis, leitores e funcionários, resolveu-se fazer esse estudo, que consiste na divisão do total de acervo pela área ocupada pela Biblioteca. Assim, tem-se o total do acervo por m² em cada biblioteca e região.

A melhor taxa de aproveitamento da área em relação ao acervo é o da região Sudeste, com 57 volumes por m². A seguir, a região Sul, com 36 por m²; em terceiro lugar a região Norte, com 29 por m²; e em quarto, a região Nordeste, com 13 por m²; em último lugar a região Centro-Oeste, com 11 volumes por m².

Os contrastes mais acentuados estão na região Nordeste. Enquanto a Biblioteca Central de Bahia, a maior biblioteca pública do País, tem um acervo estimado em 80.380 volumes, para uma área de 20.000 m² apresentando, portanto, uma taxa de 4 livros por m², a Biblioteca Pública de Alagoas possui um acervo de 15.912 volumes, em uma área de 170 m², apresentando uma taxa de 94 volumes por m².

Por esse exemplo é fácil chegar à conclusão que no caso da Bahia o acervo é pequeno em relação ao prédio, e que no caso de Alagoas o acervo estaria a exigir um prédio com área compatível.

A presente pesquisa comprovou que as bibliotecas públicas possuem um acervo total de 2.462.020, e que a área total ocupada é de 82.286 m², apresentando, em termos globais, a taxa de 30 volumes por m². Essa taxa considera-se boa, apesar das diferenças regionais.

Na região Norte, o maior acervo e a melhor área pertencem à Biblioteca Pública do Amazonas; no Nordeste o maior acervo é o da Biblioteca Pública do Maranhão, e a maior área, da Biblioteca Central da Bahia; na região Sul, a Biblioteca Pública do Paraná tem o melhor acervo e a melhor área da região. A Biblioteca Municipal Mário de Andrade possui o maior acervo do País e a maior área da região.

A presente análise comprova a concentração de recursos em algumas bibliotecas, em detrimento da maioria. Na região Nordeste, a Biblioteca Central da Bahia possui, em área ocupada, mais de 50% de toda a região, sendo que nesta mesma região a Biblioteca Pública Castello Branco contou com mais de 90% de todos os recursos financeiros aplicados, enquanto que, na região Sudeste, a Biblioteca Municipal Mário de Andrade concentra o maior percentual em termos de área física, acervo, recursos humanos e financeiros.

Esta concentração vem comprovar que certas Unidades conseguiram uma soma maior de recursos do que outras. É importante que as Unidades que contam com menores recursos partam para uma política mais agressiva em termos de conscientizar as autoridades acerca do valor fundamental da biblioteca pública. Recursos maiores e bem aplicados numa biblioteca pública podem significar uma melhoria acentuada na qualidade de vida das pessoas, sendo inclusive o caminho para a criação de “uma população urbana mais esclarecida, mais capaz de vontade própria, menos indiferente à vida nacional”, nas palavras de Mário de Andrade.

5

Conclusões

Através dos diversos tipos de análise efetuados neste trabalho, análise da literatura a ele pertinente e dos relatórios das atividades do Instituto Nacional do Livro, chega-se às seguintes conclusões, referentes às bibliotecas públicas pesquisadas:

- a. algumas das bibliotecas não possuem regimento; isso dificulta sobremaneira o conhecimento da posição da Biblioteca em relação ao vínculo ou subordinação aos órgãos superiores, na esfera administrativa da Unidade Federada;
- b. a biblioteca pública, como órgão de prestação de serviços à comunidade, necessita manter estatísticas diárias ou, pelo menos, uma amostra mensal, com referência ao atendimento de usuários. Em algumas delas o levantamento de dados é prejudicado pela falta de estatísticas diárias ou mesmo periódicas. Em razão disso, não se pode saber se há um aumento de consultas, empréstimos e frequência e, conseqüentemente, a Biblioteca desconhece o grau de satisfação do leitor, em relação aos serviços por ela oferecidos;
- c. são poucas as bibliotecas públicas que possuem área e móveis disponíveis para eficiente atendimento dos usuários. É de fundamental importância que, sempre que possível,

- seja utilizado o planejamento bibliotecário para construção de prédios e escolha de móveis adequados;
- d. o número de bibliotecários que trabalham em bibliotecas públicas é ainda muito pequeno. Segundo as normas da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários, a proporção de bibliotecários qualificados, com relação ao pessoal total, dependerá das condições específicas em que se desenvolve uma unidade urbana. O mínimo proposto para uma unidade urbana desenvolvida e compacta é de 33% do pessoal total. As despesas com pessoal constituem uma proporção muito elevada de orçamento da biblioteca pública e é importante que os salários pagos a bibliotecários qualificados sejam suficientes para atrair e remunerar adequadamente pessoas capazes e que tenham iniciativa. Deve, portanto, haver uma divisão clara entre o trabalho dos bibliotecários e do pessoal auxiliar, e uma administração eficiente deve zelar para que o tempo daqueles profissionais não seja desperdiçado em trabalhos rotineiros e de caráter auxiliar;
- e. os recursos financeiros destinados às bibliotecas públicas são insuficientes e, em alguns casos, ridículos. Aos bibliotecários cabe conscientizar as autoridades da necessidade de a Biblioteca contar com recursos próprios, recebendo parcela ponderável dos recursos destinados à educação e cultura. Esse problema não será resolvido apenas com o recebimento de maiores recursos, mas esses recursos devem ser aplicados com base num planejamento pré-determinado e sempre tendo como objetivo principal uma melhor assistência aos usuários. Assim, é importante que o índice de freqüência, consultas e empréstimos seja urgentemente otimizado, já que a parcela da população que se utiliza dessas bibliotecas é ainda pequena;
- f. o acervo disponível na maioria das bibliotecas públicas é ainda insuficiente e não reflete a produção editorial brasileira. Com isso não há uma motivação espontânea da comunidade para utilizar-se dos serviços bibliotecários. O acervo

de livros nas bibliotecas públicas, num país em desenvolvimento como o Brasil, é o setor mais requisitado pelos usuários. A manutenção e atualização periódica do acervo, o descarte de obras sem interesse para a comunidade, e a encadernação, sempre que necessária, são alguns dos aspectos que não podem falhar em uma biblioteca pública, para que esta possa cumprir sua finalidade junto aos usuários;

- g. apesar de ainda não ser muito comum a utilização dos serviços de extensão pelas bibliotecas públicas, visando, principalmente, a beneficiar comunidades distantes do prédio da Biblioteca, houve, nos últimos anos, um grande avanço neste setor. Atualmente, de acordo com convênio firmado com o Instituto Nacional do Livro, a maioria das bibliotecas públicas estaduais possui essa atividade, que é desenvolvida, geralmente, através de carros-biblioteca e/ou caixas-estante. A Biblioteca Central da Bahia, atualmente com 11 carros-biblioteca, e a Biblioteca Pública Presidente Castello Branco, que possui 6 carros-biblioteca, são as que lideram essa importante atividade. O trabalho desenvolvido pelos carros-biblioteca no Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Acre, Pará, Rio de Janeiro, Amazonas, Espírito Santo e Rio Grande do Norte, é também de grande valor. O serviço de caixas-estantes, executado pelo Departamento de Bibliotecas Públicas do município de São Paulo e pelas bibliotecas públicas do Paraná, tem-se constituído em programa de alto valor cultural para as populações suburbanas e rurais. No entanto, o número de carros-biblioteca e caixas-estantes existentes é muito pequeno para um país da extensão do Brasil;
- h. as bibliotecas públicas do Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo receberam recursos financeiros do Instituto Nacional do Livro destinados à implantação do Sistema de Bibliotecas Públicas. Uma descrição mais pormenorizada do referido Sistema é apresentada no próximo capítulo;

- i. a Biblioteca Pública no Rio Grande do Sul e a Biblioteca Municipal Mário de Andrade, de São Paulo, são as únicas que publicam, periodicamente, o *Boletim da Biblioteca Pública do Estado* e o *Boletim Bibliográfico*, respectivamente. É um exemplo que deve ser seguido pelas demais bibliotecas públicas estaduais. Os dois Boletins, com boa apresentação gráfica, contêm artigos de alto valor cultural, além do registro bibliográfico das obras incorporadas aos respectivos acervos.

Tomadas por base essas conclusões, verifica-se que as bibliotecas públicas podem e devem dar uma parcela de contribuição bem maior ao desenvolvimento educacional e cultural das comunidades brasileiras. E, para isso, é necessário contar com recursos humanos e financeiros adequados. Da atuação do bibliotecário em prol da comunidade dependerá a conscientização das autoridades, no sentido de serem alocados maiores recursos para a biblioteca pública. Num país com tantas prioridades como o Brasil, nunca os recursos serão suficientes para o desenvolvimento dos serviços bibliotecários. Cabe, no entanto, aos bibliotecários a tarefa de aplicá-los prioritariamente, de acordo com as necessidades do público em geral.

6

Uma política de desenvolvimento para Bibliotecas Públicas

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) foi fundada com o objetivo de fomentar a paz e o bem-estar espiritual, atuando por intermédio das mentes de homens e mulheres.

O Instituto Nacional do Livro, do Ministério da Educação e Cultura, tem como objetivo maior a coordenação da política nacional de bibliotecas públicas.

Estes dois Órgãos, a UNESCO, no plano internacional, e o INL, no plano nacional, são os responsáveis pela política de implantação e desenvolvimento das bibliotecas públicas.

Por esse motivo, resolvemos dividir este capítulo em dois itens principais. No primeiro, intitulado *a UNESCO e as Bibliotecas Públicas*, evidencia-se a política da UNESCO em relação às bibliotecas públicas nos países em desenvolvimento. Devido à importância do *Manifesto da UNESCO sobre a Biblioteca Pública*, o anexo n.º 4 apresenta uma transcrição, na íntegra, desse documento. O segundo item é a formulação de uma política de desenvolvi-

mento para bibliotecas públicas, no qual se destaca o *papel do Instituto Nacional do Livro*.

6.1. A UNESCO e as Bibliotecas Públicas

Para a UNESCO, a biblioteca pública representa uma força em prol da educação, da cultura e da informação, sendo um instrumento indispensável para promover a paz e a compreensão entre povos e nações.

Com essa filosofia, a UNESCO tem colaborado intensamente com os países-membros, não só estimulando a publicação de livros, como também apoiando tecnicamente e com recursos financeiros a implantação de redes e sistemas de bibliotecas públicas.

Assim, diversos países desenvolveram seus serviços bibliotecários graças à colaboração prestada pela UNESCO.

No Brasil, em 1972, a UNESCO aprovou o projeto do INL, denominado *Projeto Piloto para o desenvolvimento de Bibliotecas Públicas integradas em programas de educação de adultos e alfabetização no Estado de Pernambuco*. Nesse projeto a colaboração da UNESCO foi materializada com a vinda de especialistas estrangeiros, com a remessa de equipamentos, além de bolsas de estudos para bibliotecários brasileiros estagiarem em países com sistemas de bibliotecas públicas.

Essa colaboração da UNESCO propiciou condições ao Instituto Nacional do Livro para, a partir de 1977, iniciar a implantação no Brasil do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.

6.2. O Papel do Instituto Nacional do Livro

Com a criação do Instituto Nacional do Livro, pelo Decreto-Lei n.º 93, de 21-12-1937, foi instituída a Seção de Bibliotecas, atualmente Programa de Bibliotecas, com a finalidade de incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional. Nos últimos anos, no entanto, quando a implantação e o desenvolvimento das bibliotecas públicas passaram a constar do Plano Setorial de Educação e Cultura, recursos

extra-orçamentários foram alocados para esse fim e houve um planejamento coerente objetivando um atendimento bibliotecário mais eficaz às comunidades brasileiras.

Os objetivos gerais da atual política de bibliotecas do INL são:

- a. incentivar a implantação de serviços bibliotecários em todo o território nacional;
- b. promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas, para que atuem como centros de ação cultural e educação permanente;
- c. desenvolver atividades de treinamento e qualificação de pessoal para o funcionamento adequado das bibliotecas brasileiras.

Os objetivos específicos são:

- a. dar andamento ao programa de cadastramento de todas as bibliotecas brasileiras;
- b. proporcionar a criação de bibliotecas e/ou salas de leitura em municípios ainda sem biblioteca pública;
- c. distribuir livros, prioritariamente, às bibliotecas públicas municipais, tanto para sua instalação quanto para sua atualização e promoção da melhoria de serviços em sua organização e atendimento;
- d. favorecer a ação de representantes do INL nos Estados e municípios, para que funcionem como agentes culturais em favor do livro e de uma política de leitura no País;
- e. assessorar tecnicamente as bibliotecas e representantes do INL, bem como fornecer material informativo e orientador das atividades que as mesmas possam e devam desempenhar;
- f. promover programas de qualificação e treinamento de pessoal, através de estágios e cursos especiais;
- g. estabelecer convênios com entidades culturais, visando à promoção do livro e da biblioteca.

Neste capítulo são enfocadas as atividades atuais do Instituto Nacional do Livro, na área de biblioteca pública, fundamentais não só para solucionar os problemas e dificuldades levantados na

análise, como para possibilitar o desenvolvimento de uma política brasileira de biblioteca pública.

6.2.1. Registros e Convênios

Todas as bibliotecas brasileiras com acervo superior a 150 volumes devem ser registradas no INL mediante preenchimento de formulário próprio, fornecido pelo órgão.

Isso possibilita ao Instituto manter atualizado o cadastro das bibliotecas brasileiras e publicar, periodicamente, em convênio com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o *Guia das Bibliotecas Brasileiras*, mantendo-o em dia. Além das informações cadastrais são inseridos no *Guia* dados como área, acervo, móveis, equipamentos, recursos financeiros, etc. Portanto, são informações imprescindíveis para um planejamento bibliotecário.

Os convênios são firmados com as prefeituras municipais e Secretarias Estaduais de Educação e Cultura. É importante salientar que, na impossibilidade de haver uma legislação específica obrigando a criação e manutenção de bibliotecas públicas, por não ter essa medida amparo constitucional, cabe ao Instituto exigir contrapartida através desses convênios. Assim, diversas melhorias verificadas nas bibliotecas públicas, como exigência de empréstimo domiciliar, contratação de bibliotecários para as bibliotecas públicas estaduais, inclusão de verba específica para aquisição de material bibliográfico nos orçamentos municipais e estaduais, foram conseguidas graças exclusivamente a esses convênios.

As prefeituras podem optar por um dos três tipos de convênios adotados pelo INL, de acordo com as condições econômicas de seus municípios. São eles: Convênio de Biblioteca Pública, Convênio de Sala de Leitura tipo *A* e Convênio de Sala de Leitura tipo *B*.

Os requisitos exigidos para assinatura de convênios são:

- a. comunicação oficial ao INL da fundação e instalação da biblioteca pública ou sala de leitura, cópia do ato de criação;

Tipos de convênio:

Biblioteca
Pública
Municipal

Sala de Leitura
tipo A

Sala de Leitura
tipo B

Condições básicas:

PREFEITURA

- Instalação efetivada.
- Acervo mínimo: 150 volumes.
- Mobiliário adequado.
- Um funcionário (ou mais).
- Criação por lei municipal.
- Aberta à comunidade.

I N L

- Doações anuais.
- Assistência técnica.
- Cursos de treinamento.

Condições específicas:

- Local apropriado.
- Verba orçamentária:
mínimo de 8 salários referência.
- Doação média anual do INL:
450 volumes.

- Localização: ponto estratégico da cidade.
- Verba orçamentária:
mínimo de 10 salários referência.
- Doação média anual do INL:
350 volumes.

- Localização: ponto estratégico da cidade.
- Verba orçamentária:
não há exigência.
- Doação média anual do INL:
250 volumes.

- b. atestado de funcionamento;
- c. designação de um ou mais funcionários para os serviços da biblioteca;
- d. compromisso, por parte da prefeitura, de consignar, em orçamento, verba especialmente destinada à biblioteca, para aquisição de livros.

6.2.2. Seleção e Distribuição

As obras de natureza diversa, inclusive manuais de Biblioteconomia, são destinadas a formar coleções bibliográficas básicas adequadas às comunidades e bibliotecas a serem atendidas.

Penna, Foskett e Sewell, estudando a função da biblioteca na produção de livros, destacam que: “A função da biblioteca na complicada rede da produção e distribuição de livros exige um cuidadoso delineamento, e reforça a necessidade de ser minuciosamente definida nos planos de desenvolvimento e de política. As seguintes formulações são geralmente aceitáveis.

- “1. constituir uma fonte de inspiração e informação para escritores;
- “2. colocar autores principiantes em contato com organismos de produção de livros, através de sua rede de pontos de serviços;
- “3. esclarecer perante editores e livreiros as implicações da expansão de seus serviços, em termos de quantidade e tipos de material requerido;
- “4. Prestar assistência à indústria do livro no intercâmbio internacional através do ISBN e outros programas de catalogação;
- “5. prestar assistência à indústria do livro na determinação das preferências de leitura;
- “6. contribuir para circulação de livros novos através de bibliografias nacionais correntes;
- “7. proporcionar instalações para classes de alfabetização, seja na língua nacional ou na língua internacional aceita;

- “8. estimular seu pessoal a atuar como professores dessas classes;
- “9. proporcionar instalações e material bibliográfico para laboratório de redação e tradução;
- “10. cooperar com eventos nacionais e locais destinados a promover os livros e a leitura;
- “11. em áreas que não possuam livrarias, proporcionar pontos de vendas;
- “12. como formulação mais importante, formar um público leitor.

“Esta lista não está necessariamente completa e precisará ser ampliada e adaptada para atender às circunstâncias nacionais e locais. Demonstra, entretanto, que no processo de encontrar objetivos dentro do seu próprio âmbito, o serviço bibliotecário pode dar uma contribuição valiosa para o desenvolvimento do livro. Na verdade, os dois campos estão inter-relacionados e são interdependentes, e é desejável que adequados arranjos organizacionais sejam feitos para reunir o pessoal empenhado nas bibliotecas com aquele que lida com o comércio livreiro, tanto a nível local como a nível nacional. Com respeito a este assunto, deveriam ser levadas seriamente em consideração as sugestões feitas pela UNESCO, especialmente aquelas relativas à formação de Conselhos Nacionais de Desenvolvimento do Livro”.⁶⁰

Desde a sua fundação, o INL tem enviado acervos para as bibliotecas públicas cadastradas. Eses livros eram editados pelo próprio Instituto ou comprados às editoras. A partir de 1970, no entanto, o INL passou a publicar livros através do sistema de coedição. Este, como se sabe, gera benefícios múltiplos e inter-relacionados, no quadro global do livro, a saber:

- a. beneficia o editor, mediante a participação do INL nos riscos do investimento editorial;
- b. beneficia o autor, porque lhe assegura, mediante cláusula contratual, o pagamento pela editora dos direitos autorais correspondentes à parte do INL no total da tiragem, antes do lançamento do livro;

- c. beneficia o leitor, porque, mediante a elevação da tiragem, oriunda da participação do INL na co-edição, o custo industrial do livro se reduz e o preço de capa se torna, conseqüentemente, mais econômico;
- d. beneficia a rede de bibliotecas públicas, que passa a receber livros especialmente selecionados para o atendimento bibliográfico às comunidades.

Como o percentual de usuários que utilizam as bibliotecas públicas brasileiras é em boa parte constituído de crianças e jovens, conseqüentemente a literatura infantil e juvenil é uma das áreas prioritárias no processo de seleção do INL.

Outras áreas também importantes na formação dos acervos de obras co-editadas pelo Instituto são: livros fundamentais de cultura brasileira, que em geral não sensibilizam comercialmente as editoras, romances, contos, biblioteconomia etc.

Na constituição do acervo da biblioteca pública, além dos livros remetidos anualmente pelo INL, incluem-se, também, os livros didáticos, doados pela Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME) e os livros adquiridos com recursos das próprias bibliotecas públicas. Nesse caso, o INL recomenda que a seleção seja efetuada com base nas sugestões dos próprios usuários.

Embora mais de 90% da produção editorial brasileira esteja concentrada no eixo Rio-São Paulo, mesmo assim é de suma importância que as bibliotecas públicas estaduais instituem o Depósito Legal das publicações editadas nos respectivos Estados, destinado não somente aos usuários, como também servindo para o controle bibliográfico.

De grande importância para a incrementação dos acervos dessas bibliotecas será a instituição do programa de intercâmbio de publicações, a ser coordenado, futuramente, pelo INL.

6.2.3. Serviço de Extensão

Dentre as várias atividades do Serviço de Extensão do Instituto Nacional do Livro, duas delas — a de formação de recursos hu-

manos e a frota de carros-biblioteca — são de fundamental importância para o desenvolvimento dos serviços bibliotecários no Brasil.

O Brasil possui cerca de 4.000 municípios, sendo que mais de 50% dos bibliotecários atuam no eixo Rio — São Paulo. O índice de municípios que contam com esses profissionais é muito baixo. São Paulo, por exemplo, a Unidade mais rica da Federação, conta com bibliotecários em apenas 10% dos municípios. A fixação do bibliotecário no interior do País é um problema de difícil solução, pois, apesar de existirem diversas escolas de Biblioteconomia, os bibliotecários preferem permanecer nas grandes cidades, onde recebem boa remuneração e dispõem de melhores condições de aperfeiçoamento.

A partir de 1973, para resolver esse problema, mediante resolução aprovada no I Encontro de Responsáveis pelo Programa de Bibliotecas no Brasil, passou o INL a atuar efetivamente nesse setor, elaborando o Projeto de Cursos de Treinamento Intensivo para Auxiliares de Bibliotecas (PROTIAB), que visa a capacitar, em regime de treinamento intensivo, com utilização de recursos audiovisuais, pessoal não diplomado em Biblioteconomia, encarregado de bibliotecas públicas e salas de leitura do interior, convenientes com o INL.

O treinamento é sempre ministrado no interior, em município sede da macro-região, evitando-se assim um deslocamento maior do treinando. O curso é ministrado em duas semanas intensivas, nas quais o aluno recebe orientação de como atender ao leitor, efetuar uma pesquisa bibliográfica, preparar o acervo da biblioteca, etc.

Esse treinamento tem grande aceitação e é apontado como um dos principais programas de interiorização da leitura no País. Atualmente, cerca de 1.000 municípios contam com auxiliares treinados pelo INL. O instrutor é sempre um bibliotecário e o monitor é um estudante de Biblioteconomia, orientados pelo INL.

Os carros-biblioteca do INL são cedidos às Unidades Federadas, através de convênio e sob regime de comodato, com o objetivo de possibilitar aos alunos de Biblioteconomia a oportunidade de

estagiarem em serviços de extensão, através dos carros-biblioteca, no atendimento às populações da periferia urbana e das áreas rurais.

Todas as avaliações realizadas pelo Ministério da Educação e Cultura comprovam a alta eficiência dos serviços realizados pelos carros-biblioteca.

O INL tem recomendado, e algumas Unidades já estão atendendo a essa recomendação, que além das populações suburbanas e rurais sejam também atendidas as prisões, hospitais, etc. Os carros-biblioteca, além de levar livros e revistas, apresentam números de folclore, teatro de fantoches, hora do conto, etc.

O número de carros-biblioteca existente vem crescendo gradativamente, mas é ainda insuficiente. Por isso o INL, além de aumentar sua frota anualmente, tem incentivado os municípios e Estados a adquirirem carros-biblioteca.

6.2.4. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas

Além dos problemas detectados na análise, tais como: insuficiência de recursos financeiros e humanos, desatualização do acervo, etc., outros problemas que afetam o desenvolvimento das bibliotecas públicas brasileiras podem ser apontados. Por exemplo:

- a. participação pouco expressiva dos Estados na interiorização dos serviços bibliotecários;
- b. falta de conscientização dos administradores para a necessidade de instalação e manutenção de bibliotecas;
- c. falta de planejamento integrado e de colaboração entre as bibliotecas, o que impede um melhor rendimento dos recursos existentes.

A solução desses problemas pressupõe: a adoção de técnicas de planejamento bibliotecário e de normas em nível nacional, que uniformizem os serviços bibliotecários; a prestação de efetiva assistência técnica, nos diferentes níveis, tendo em vista a reorganização e melhoria do atendimento a toda a comunidade nacional; a utilização de serviços de extensão bibliotecária, objetivando assistên-

cia às populações suburbanas e rurais; e, como suporte ao item anterior, a criação de uma infra-estrutura de recursos materiais e humanos no setor.

Assim, *considerando* o que acima se expôs e, também, que as bibliotecas públicas representam instituições indispensáveis para o harmônico desenvolvimento educacional e cultural do País;

considerando que, à semelhança das instituições educacionais, as bibliotecas públicas devem submeter-se a um planejamento integrado nos planos nacionais de educação, que fazem parte do planejamento social e econômico do País, pois apenas nesse contexto é que o planejamento bibliotecário pode alcançar as bases de apoio de que precisa para ser eficaz;

considerando que os recursos da União, dos Estados e municípios precisam ser melhor aproveitados, a fim de evitarem desperdícios, duplicação de esforços e o desatendimento das regiões cronicamente desprovidas de infra-estrutura cultural;

considerando que qualquer sistema de informação científica e tecnológica é o ápice de uma estrutura de serviços e hábitos de informação cujos alicerces são as bibliotecas públicas;

considerando que o governo federal não pode, pela magnitude do problema, deixar de atuar nesse setor, de forma planejada e integrada;

considerando que as bibliotecas públicas, como depositárias e divulgadoras de parcela significativa da memória nacional, devem integrar-se no objetivo nacional de superação do subdesenvolvimento;

e, finalmente, *considerando* o interesse do governo federal em dar solução a problemas que afetam o plano de desenvolvimento da educação, da cultura e do bem-estar do povo brasileiro;

propôs-se o INL modificar a situação apresentada, mediante a estruturação de um Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, objetivando a incrementação de recursos necessários à prestação de eficaz assistência técnica às bibliotecas públicas estaduais, para que estas venham a desempenhar suas funções de cabeças ou centros dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas.

Pretende o INL que as bibliotecas brasileiras deixem de funcionar isoladamente, como o vêm fazendo, estabelecendo-se um sistema institucionalizado de colaboração mútua e levando ao maior rendimento dos recursos aplicados.

Nesse sentido, a implantação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas está direcionado, num primeiro momento, para:

- criação de infra-estrutura de recursos humanos e materiais no INL e nas bibliotecas públicas estaduais, que funcionarão como cabeça do Sistema em nível nacional e estadual;
- elaboração, pelo INL, de normas básicas para implantação e desenvolvimento do Sistema;
- criação de mecanismos de colaboração mútua entre as bibliotecas participantes;
- organização de um serviço de extensão bibliotecária às comunidades carentes, de acordo com as necessidades e realidades locais.

Considera-se que essa linha de atuação deverá criar condições suficientes para a efetivação do Sistema, tendo em vista os objetivos definidos e os benefícios esperados.

Ao INL, como órgão coordenador do Sistema, cabe:

- a. acompanhar o Sistema, nos moldes em que foi planejado, de acordo com a realidade nacional e com o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, já que os modelos existentes em países desenvolvidos são inadequados ao Brasil;
- b. prestar cooperação técnica e financeira aos Estados, no que se refere à organização de bibliotecas públicas e a implantação do Sistema;
- c. redigir normas técnicas e procedimentos de serviço destinados às bibliotecas públicas;
- d. realizar inspeções técnicas e sindicâncias junto às bibliotecas públicas que solicitem ou recebam subvenções ou assistência técnica;

- e. desenvolver e estimular atividades de treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos em diferentes níveis, com a colaboração de instituições de ensino;
- f. promover ou apoiar outras atividades de aperfeiçoamento de recursos humanos, como congressos, conferências, reuniões, etc.;
- g. estimular e promover a edição de obras adequadas ao aperfeiçoamento de recursos humanos em Biblioteconomia e áreas afins;
- h. manter o cadastro de bibliotecas brasileiras de todos os tipos e publicar periodicamente o *Guia das Bibliotecas Brasileiras*.

As Unidades Federadas devem organizar seus respectivos Sub-sistemas de Bibliotecas Públicas, de acordo com as normas emitidas pelo INL.

No âmbito estadual e regional, as atividades de aquisição de livros, encadernação e processamento técnico são centralizadas numa biblioteca já existente (preferentemente a biblioteca pública estadual), ou num órgão especificamente criado para esse fim.

As bibliotecas públicas estaduais ou regionais, como cabeças do Sistema, são responsáveis pelas atividades de assistência técnica às bibliotecas integrantes do Subsistema, tais como catálogo coletivo, catalogação e classificação das obras, treinamento de recursos humanos, etc.

As bibliotecas públicas existentes e a serem organizadas devem obedecer aos princípios de cooperação, racionalização e planejamento de suas atividades-fim e atividades-meio, tendo por meta a organização do Subsistema de base estadual e regional.

A referida implantação dá condições às bibliotecas públicas de atenderem convenientemente à comunidade através de seus serviços, tais como: pesquisa bibliográfica, consultas, empréstimos domiciliares, etc., e é também o principal veículo para o desenvolvimento da indústria editorial, além de:

- a. proporcionar a seus usuários o acesso a todos e quaisquer conhecimentos e idéias independente da forma e de suporte material do seu registro, e de maneira ampla e eficiente;
- b. participar ativamente dos programas culturais da comunidade e proporcionar serviços de extensão bibliotecária;
- c. atender ao maior número possível de usuários em sua área de atuação, através de serviços de carros-biblioteca, barcos-biblioteca, bibliotecas ambulantes, etc.;
- d. manter sistemas eficientes de Circulação, interna e externa, abrangendo todos os tipos de materiais da biblioteca, tanto impressos quanto não impressos;
- e. proporcionar facilidades de leitura aos alunos de escolas que não disponham de bibliotecas;
- f. cooperar com os planos de alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos;
- g. colaborar com os sistemas de informação científica e tecnológica.

O Sistema em causa tem como objetivo geral a implantação de pelo menos uma biblioteca pública em cada município brasileiro. Os *objetivos específicos* são:

- a. estimular a implantação de serviços bibliotecários, racionalmente estruturados, em todo o território nacional;
- b. promover a melhoria do funcionamento das bibliotecas públicas para que atuem como centros de ação cultural e educação permanente;
- c. promover a padronização dos serviços oferecidos pelas bibliotecas brasileiras;
- d. manter o controle efetivo dos recursos bibliotecários existentes a nível municipal, estadual e federal, tendo em vista uma atuação planejada que conduza ao seu melhor aproveitamento;
- e. promover a extensão dos serviços bibliotecários às zonas suburbanas e rurais.

O projeto foi aprovado e sua implantação foi iniciada em 1977, beneficiando 13 Unidades incluídas nessa monografia.

No decorrer do segundo ano de sua implantação, pode-se observar que o desenvolvimento do sistema tem provocado diversas melhorias nos serviços bibliotecários, entre as quais devem ser destacados:

- a. as bibliotecas estaduais, incluídas no Sistema, passaram a dar assistência e a ter controle efetivo das municipais. Novos bibliotecários foram contratados e treinados nessa interiorização dos serviços. Diversos prédios estão em processo de construção com bibliotecários participando do projeto. Tem aumentado sensivelmente o número de usuários atendidos, inclusive presidiários, doentes, etc. A biblioteca pública aos poucos se torna um centro de irradiação cultural e de programas de incentivo à leitura, como a hora do conto, além de representações teatrais, atividades que são cada vez mais estimuladas;
- b. o INL tem procurado seguir à risca todas as determinações do projeto. Além da transferência de recursos financeiros e assistência técnica às Unidades Federadas, tem dado ênfase à publicação de livros de Biblioteconomia. Nesse sentido, instituiu, por iniciativa de seu diretor, o escritor Herberto Sales, o Prêmio de Biblioteconomia e Documentação, que tem sido um grande incentivo aos bibliotecários brasileiros. As *Normas para Bibliotecas Públicas*, o *Serviço de Informação e Biblioteca* e o *Guia das Bibliotecas Brasileiras*, todos eles publicados recentemente, são admiráveis exemplos, do cumprimento dessa prioridade. Na área de recursos humanos, além de cursos para auxiliares, o INL firmou convênio com o Curso de Mestrado em Sistemas de Bibliotecas Públicas da Universidade Federal da Paraíba, assegurando recursos para o projeto de quatro tipos de pesquisa, ou seja: 1) *a Biblioteca como agente catalizador da comunidade*; 2) *tecnologias alternativas da informação*; 3) *estudos bibliográficos*, e 4) *formação de recursos humanos em Biblioteconomia*.

O desenvolvimento das bibliotecas públicas brasileiras é um processo a cumprir-se a médio e a longo prazo. O INL, as escolas de Biblioteconomia e os órgãos de classe têm uma grande responsabilidade nesse processo de desenvolvimento, que se inicia pela conscientização das autoridades, de que a biblioteca pública representa condição indispensável para a formação educacional e cultural, para o aprimoramento da qualidade de vida e para a tomada de decisões em todos os escalões da vida administrativa e econômica. Por isso, a biblioteca pública torna-se cada vez mais um dos fatores de maior peso no desenvolvimento e na vida independente dos povos.

Referências Bibliográficas

1. ABREU, D. — *O livro e a indústria do conhecimento*, Rio de Janeiro, Centro de Bibliotecnia, 1968, 48p.
2. ANDRADE, M. — “Bibliotecas populares”, *R. Livro*, 2(5):7-8, 1957.
3. BAMBERGER, R. — *Como incentivar o hábito de leitura*, São Paulo, Cultrix; Brasília, INL, 1977, 117p.
4. BARROSO, M.A. — “A biblioteca escolar, um laboratório de aprendizagem”, *Minas Gerais (Supl. Pedagógico)*, 7(52):10-2, 1978.
5. BASTIDE, R. — *Brasil terra de contrastes*, São Paulo, Dif. Européia do Livro, 1969, 282p.
6. BOSI, C. — *Cultura de massa e cultura popular; leituras de operárias*, 2.^a ed. Petrópolis, Vozes, 1973, 178p.
7. BOYD, J.; BAISDEN, L.B.; MOTT, C. et alii — *Bibliotecas, como organizar; pesquisas, como orientar; leituras, como selecionar*, Rio de Janeiro, Lidador, 1965, 190p.
8. BRANDÃO, M.H.H. — “Bibliotecas ambulantes do Sesi”, *R. Bras. Bibliotecon. Doc.*, 10(4/6):194-201, 1977.
9. BRASIL — Instituto Nacional do Livro, “Bibliotecas Públicas”, *R. Bras. Bibliotecon. Doc.*, 2(4/6):119-25, 1973.
10. ——— *Os livros são para ler*, 2.^a ed., Brasília, Ministério da Educação e Cultura, 1977, 117p.
11. ——— *Programa Nacional de Bibliotecas*, Brasília, 1979, 66p.
12. ——— “Projeto para implantação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas”, *R. Bibliotecon. Brasília*, 7(2):236-49, 1979.
13. CALDEIRA, P.T. & CUNHA, M.B. — Coleção mínima de obras de referência para bibliotecas públicas brasileiras, uma proposta. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9., Porto Alegre, 1977. *Anais*, Porto Alegre, 1977, v. 1, p. 287-95.

14. CAMPBELL, H.C. — "Investigación sobre las bibliotecas públicas metropolitanas en los países en vías de desarrollo", *Bol. UNESCO Bibl.*, 27(1):19-22, 1973.
15. CARVALHO, D. Q. — *Bibliotecas escolares; manual de organização e funcionamento*, Brasília, FENAME, 1972, 142p.
16. CARVALHO, M. L. B. — "O papel da biblioteca pública na educação", *Minas Gerais* (Supl. Pedagógico), 7(52):9, 1978.
17. CASTELLO BRANCO, P.G.F. — *Plano para o estabelecimento de huma bibliotheca publica na cidade de S. Salvador Bahia de todos os Santos*. Typ. M.A. Silva Serva, 1811. 4p. citado por FONSECA, E.N. — "Desenvolvimento da biblioteconomia e da bibliografia no Brasil", *R. Livro*, 2(5):95-124, 1957.
18. COLLISON, R.L. — *Progress in library science*, London, Butterworths, 1966, 209p.
19. CORBETT, E.V. — *The public library and its control*, 2nd. ed., London, Association of Assistant Librarian, 1966, 145p.
20. DAVIES, R.A. — *La biblioteca escolar; propulsora de la educación*, Buenos Aires, Bowker, 1974, 495p.
21. DOUGLAS, M.P. — *La bibliothèque d'école primaire et ses différentes fonctions*, Paris, UNESCO, 1961, 103p.
22. ENWONWU, R.C. — "El papel de las bibliotecas públicas de Nigeria en la educación de adultos", *Bol. UNESCO Bibl.*, 27(6):354-7, 1973.
23. ESCOLAR SOBRINO, H. & MITSCHHELL, E. — *Proyecto experimental de la UNESCO de bibliotecas públicas en el Brasil* (s.n.t. mimeografado).
24. FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS — Seção de Bibliotecas Públicas, *Normas para bibliotecas públicas*, São Paulo, Quíron; Brasília, INL, 1976, 49p.
25. FERRAZ, W. — *A biblioteca*, 6.^a ed., Rio de Janeiro, Freitas Bastos; Brasília, INL, 1972, 207p.
26. FERREIRA, C.N.C. — "Biblioteca pública é biblioteca escolar?", *R. Bras. Bibliotecon.*, 11(1/2):9-16, 1978.
27. FIUZA, M.M. — "A biblioteca pública como uma organização", *Minas Gerais* (Supl. Pedagógico), 7(52):6-7, 1978.
28. FONSECA, E.N. — "Desenvolvimento da biblioteconomia e da bibliografia no Brasil", *R. Livro*, 2(5):95-124, 1957.
29. ——— "Seleção, sim; coleções, não!", *R. Bibliotecon. Brasília*, 3(1):17-22, 1975.
30. FOSKETT, D.J. — "Teoria dos sistemas gerais e a organização das bibliotecas", *E. Esc. Bibliotecon. UFMG*, 2(1):9-22, 1973.
31. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — *Guia das bibliotecas brasileiras*, Rio de Janeiro, IBGE; Brasília, INL, 1979, 1.017p.
32. GARDINER, J. — *Servicio bibliotecário en la escuela elemental*, 2.^a ed., Mexico, Pax-Mexico, 1963, 198p.
33. GARDNER, F.M. — "Objectifs des bibliothèques publiques", *Bull. UNESCO Bibl.*, 27(4):227-32, 1973.

34. ——— *Public library legislation: a comparative study*, Paris, UNESCO, 1971, 285p.
35. GUIMARÃES, A. — *Levantamento das bibliotecas públicas municipais do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 1979, 55p (mimeografado).
36. HICKS, W.B. & TILLIN, A.M. — *La biblioteca y los medios audiovisuales*, Buenos Aires, Bowker, 1974, 213p.
37. KYLBERG, A.M. — “Los medios auxiliares audiovisuales y la biblioteca pública”, *Bol. UNESCO Bibl.*, 27(6):346-53, 1973.
38. LEMOS, A.A.B. — “Não leio, não imagino, trabalho muito”. In: ASSEMBLÉIA DAS COMISSÕES PERMANENTES DA FEBAB 4, São Paulo, 1978. *Anais*, São Paulo, FEBAB, 1978, v. 2, p. 5-21.
39. LIEBAERS, H. — “El bibliotecário, artesano de la lectura”, *Bol. UNESCO Bibl.*, 26(3):127-33, 1972.
40. LIMA, M.M.A.M. — “Sistema de bibliotecas de Pernambuco”, *R. Bibliotecon. Brasília*, 7(2):162-73, 1979.
41. LINDEN, R. — *Books and libraries; a guide for students*. 2nd. ed., London, Cassell, 1965, 308p.
42. LITTON, G. — *Administración de bibliotecas*, Buenos Aires, Bowker, 1971, 234p.
43. ——— *El bibliotecário*, Buenos Aires, Bowker, 1973, 242p.
44. ——— *Bibliotecas infantiles*, Buenos Aires, Bowker, 1973, 225p.
45. ——— *Formación del personal*, Buenos Aires, Bowker, 1971, 181p.
46. ——— *Jornada de la biblioteca*, Buenos Aires, Bowker, 1971, 226p.
47. ——— *Los lectores en sus libros*, Buenos Aires, Bowker, 1971, 242p.
48. LYNDENBERG, H.M. & ARCHER, J. — *The care and repair of books*, New York, Bowker, 1960, 122p.
49. MCCOLVIN, L.R. — *Libraries for children*, London, Phoenix House, 1961, 183p.
50. MARTINS, M.G. & RIBEIRO, M.L.G. — *Serviço de referência e assistência aos leitores*, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1972, 257p.
51. MAUROIS, A. — *Public libraries and their mission*, Paris, UNESCO, 1961, 33p.
52. MIRANDA, A. — “Considerações sobre o desenvolvimento de redes e sistemas de bibliotecas públicas no Brasil”, *R. Bibliotecon. Brasília*, 7(2):230-5, 1979.
53. ——— “A missão da biblioteca pública no Brasil”, *Minas Gerais (Supl. Pedagógico)*, 7(52):14-5, 1978.
54. ——— *Planejamento bibliotecário no Brasil; a informação para o desenvolvimento*, Brasília, Universidade de Brasília, 1977, 135p.
55. MONTE-MÓR, J.M. — “A Biblioteca Nacional e o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas”, *R. Bras. Bibliotecon. Doc.*, 8(1/3):46-53, 1976.
56. MYLLER, R. — *The design of the small public library*, New York, Bowker, 1966, 95p.
57. MYSON, W. — *Librarianship as a career*, London, B.T. Batsford, 1963, 120p.

58. NEGRÃO, M.B. — “A evolução do Departamento de Bibliotecas Públicas, 1907-1978”, *R. Bibliotecon. Brasília*, 7(2):186-209, 1979.
59. OLIVEIRA, M.F.P. — “Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado do Ceará”, *R. Bibliotecon. Brasília*, 7(2):151-7, 1979.
60. PENNA, C.V.; FOSKETT, D.J. & SEWELL, P.H. — *Serviços de informação e biblioteca*, São Paulo, Pioneira; Brasília, INL, 1979, 224p.
61. PESSOA, E.L.C. — “Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Norte”, *R. Bibliotecon. Brasília*, 7(2):158-61, 1979.
62. POLKE, A.M.A. — “A biblioteca pública e a leitura”, *Minas Gerais (Supl. Pedagógico)*, 7(52):12-3, 1978.
63. QUADRELLI, T.D. — “Bibliotecas Públicas (levantamento bibliográfico)”, *R. Bras. Bibliotecon.*, 11(1/2):119-23, 1978.
64. RABELLO, O.P. — “Objetivos da biblioteca infanto-juvenil”, *Minas Gerais (Supl. Pedagógico)*, 7(52):5, 1978.
65. RANGANATHAN, S. R. & GOPINATH, M. A. — *Library book selection*. 2nd. ed., London, Asia Publishing House, 1966, 436p.
66. REIPERT, H.J. — *História da Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade*, São Paulo, Prefeitura Municipal, 1972, 72p.
67. RUSSO, L.G.M. & NEGRÃO, M.B. — “Catálogos do público em bibliotecas”, *R. Bras. Bibliotecon.*, 6(1/3):69-78, 1975.
68. SALES, HERBERTO — *Hoje: o Livro*. João Pessoa, Editora Universitária/UFPb, 1979.
69. SCHRAMM, W. — *L'information et le développement national*, Paris, UNESCO, 1961, 354p.
70. SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M. et alii. — *Método de pesquisa nas relações sociais*, São Paulo, USP, 1974, 687p.
71. SHARMA, J.S. — *The substance of library science*, London, Asia Publishing House, 1965, 244p.
72. SHEPARD, M.D. — “A biblioteca moderna na era da tecnologia”, *R. Bibliotecon. Brasília*, 1(2):121-32, 1973.
73. SILVA, B. — *O futuro do livro*, Rio de Janeiro, IBGE, 1973, 28p.
74. SILVA, K.M.C. — “Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado da Bahia; situação atual”, *R. Bibliotecon. Brasília*, 7(2):174-85, 1979.
75. SILVA, L.G.F. — “Como organizar um sistema centralizado de bibliotecas”, *Bol. Intercâmbio*, 22:19-40, dez., 1975.
76. STEBBINS, K.B. & MOHRHARDT, F.E. — *Personnel administration in libraries*, 2nd. ed., New York, The Sacrecrow Press, 1966, 373p.
77. SUAIDEN, E.J. — *Biblioteca pública brasileira: fantasia, marasmo ou desenvolvimento?*, 14p. (s.n.t. mimeografado).
78. ——— “Bibliotecas públicas em sistemas nacionais de informação”. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO*, 9., Porto Alegre, 1977. *Anais*, Porto Alegre, 1977, v. 2, p. 48-66.
79. ——— *O intercâmbio em bibliotecas e centros de documentação*, 3.^a ed., Rio de Janeiro, Pallas; Brasília, INL, 1978, 145p.

80. ——— “Perspectivas das bibliotecas públicas no Brasil”, *R. Bibliotecon. Brasília*, 6(1):77-82, 1978.
81. ——— *Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, Brasília*, INL, 1979, 8p.
82. TAVARES, D.F. — *A biblioteca escolar*, São Paulo, LISA; Brasília, INL, 1973, 161p.
83. ——— *As Bibliotecas infanto-juvenis de hoje*, Salvador, Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, 1970, 52p.
84. UNESCO — “Manifesto da UNESCO sobre a biblioteca pública”, *R. Bras. Bibliotecon. Doc.*, 7(4/6):158-63, 1976.
85. ——— “Recomendação da UNESCO sobre a normalização internacional das estatísticas relativas a bibliotecas”, *R. Bras. Bibliotecon.*, 11(1/2):76-82, 1978.
86. VAN DAMME, J. & CARTACHO, H.M. — “A pós-graduação em Sistema de Bibliotecas Públicas: uma realidade”, *R. Bibliotecon. Brasília*, 7(2):210-29, 1979.
87. WALLACE, S.L. — *Friends of the library; organization and activities*. Chicago, A.L.A., 1962, 111p.
88. WILSON, L.R. — *The practice of book selection*, Chicago, The University of Chicago Press, 1940, 368p.
89. WITHERS, F.N. — *Norma para los servicios bibliotecários: estudio internacional*, Paris, UNESCO, 1975, 460p.
90. YOUNG, V.G. — *El conasejero de biblioteca*, Buenos Aires, Bowker, 1974, 239p.

Anexos

ANEXO 1 — Relação das bibliotecas públicas onde se
colheram as entrevistas

ANEXO 2 — Roteiro da entrevista

ANEXO 3 — Tabulação de dados

ANEXO 4 — Manifesto da UNESCO sobre a biblioteca
pública

1. *Biblioteca Pública Dr. José Pontes Pinto*
Av. Farquar, 1.340
78.900 — PORTO VELHO — RO
2. *Biblioteca Pública do Estado do Acre*
Av. Getúlio Vargas, 495
69.900 — RIO BRANCO — AC
3. *Biblioteca Pública do Estado do Amazonas*
Rua Barroso, 57
69.000 — MANAUS — AM
4. *Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*
Travessa Campos Sales, 273
66.000 — BELÉM — PA
5. *Biblioteca Pública de Macapá*
Av. Mendonça Furtado c/ Rua São José
68.900 — MACAPÁ — AP

6. *Biblioteca Pública do Estado do Maranhão Benedito Leite*
Praça do Panteon, S/N
65.000 — SÃO LUÍS — MA
7. *Biblioteca Estadual Desembargador Cromwell Carvalho*
Praça Demóstenes Avelino, 1.788
64.000 — TERESINA — PI
8. *Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel*
Av. Presidente Castello Branco, 255
60.000 — FORTALEZA — CE
9. *Biblioteca Pública Câmara Cascudo*
Rua Potengi, S/N
59.000 — NATAL — RN
10. *Biblioteca Pública do Estado*
Rua General Osório, 253
58.000 — JOÃO PESSOA — PB
11. *Biblioteca Estadual Presidente Castello Branco*
Parque 13 de Maio
50.000 — RECIFE — PE
12. *Biblioteca Pública Estadual*
Praça D. Pedro II
Palácio do Barão de Jaguará
57.000 — MACEIÓ — AL
13. *Biblioteca Pública Epiphânio Dória*
Rua Vila Cristina, S/N
49.000 — ARACAJU — SE
14. *Biblioteca Central do Estado da Bahia*
Rua General Labatut, 27 — Barris
40.000 — SALVADOR — BA
15. *Centro de Educação Permanente Prof. Luís de Bessa*
(Biblioteca)
Praça da Liberdade, 21
30.000 — BELO HORIZONTE — MG
16. *Biblioteca Pública da Fundação Cultural*
Rua João Batista Parra, 165 — Praia do Suá
29.000 — VITÓRIA — ES

17. *Biblioteca Estadual do Rio de Janeiro*
 Av. Presidente Vargas, 1.261
 20.021 — RIO DE JANEIRO — RJ
18. *Biblioteca Municipal Mário de Andrade*
 Av. Consolação, esquina c/ São Luís
 01.302 — SÃO PAULO — SP
19. *Biblioteca Pública do Paraná*
 Rua Cândido Lopes, S/N
 80.000 — CURITIBA — PR
20. *Biblioteca Pública do Estado*
 Casa da Cultura — 1.º andar
 Rua Tenente Silveira, S/N
 88.000 — FLORIANÓPOLIS — SC
21. *Biblioteca Pública Estadual*
 Rua Riachuelo, esquina c/ General Câmara
 90.000 — PORTO ALEGRE — RS
22. *Biblioteca Pública Estadual da Fundação Cultural do Mato Grosso*
 Praça da República, 151
 78.000 — CUIABÁ — MT
23. *Biblioteca Pública Estadual*
 Av. Goiás, 346 — 2.º andar
 74.000 — GOIÂNIA — GO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

1. *NOME DA BIBLIOTECA:*
- 1.1 *Endereço:* Rua
Cidade CEP Estado
- 1.2 *Dependência administrativa:*
- federal
- estadual
- municipal
- particular
- 1.3 *Órgão ao qual a Biblioteca está diretamente subordinada:*
.....
.....
- 1.4 *Histórico* (Anexar cópia com dados referentes à data de fundação, mudanças de local, lei de criação, quando a Biblioteca começou a contar com profissionais bibliotecários na Direção, expansão gradativa das atividades da Biblioteca e outros eventos importantes)
- 1.5 *Organograma e regimento interno* (Anexar cópia).
2. *INSTALAÇÕES*
- 2.1 *Área:*m²
- 2.2 *A área disponível é suficiente:*
- para o acervo
- para os usuários
- para ambos
- não é suficiente (Justificar)
- 2.3 *Há projeto para construção de novo prédio?* (Detalhar em caso afirmativo)
- sim
- não

2.4 *Móveis disponíveis aos usuários:*

<i>Móveis</i>	<i>Quantidade</i>	
	<i>Infantil/Juvenil</i>	<i>Adulto</i>
Mesas		
Assentos		
Cadeiras escolares		
Cabines individuais		
Outros		

2.5 *Conservação da Biblioteca:*

	<i>bom</i>	<i>regular</i>	<i>péssimo</i>
Prédio			
Móveis			
Equipamentos			
Limpeza			
Iluminação			

2.5.1 *Opinião do entrevistador:*

	<i>bom</i>	<i>regular</i>	<i>péssimo</i>
Prédio			
Móveis			
Equipamentos			
Limpeza			
Iluminação			

3. *RECURSOS HUMANOS*

3.1

<i>Funcionários da Biblioteca</i>	<i>Quantidade</i>
Bibliotecários	
Outros de nível superior	
Administrativos	
Outros	

3.2 *A Biblioteca tem quadro próprio de pessoal?*

- sim
 não (Justificar)

3.3 *Média de salário mensal de bibliotecário: Cr\$*

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1

<i>Recursos destinados à: (em Cr\$)</i>	1976	1977	1978
Compra, construção e reforma de imóvel			
Aquisição de móveis, máquinas e equipamentos			
Aquisição de material bibliográfico em geral			
Aquisição de material audiovisual			
Encadernação			

5. ACERVO DOCUMENTAL

5.1

	1976	1977	1978
Livros			
Folhetos			
Diapositivos			
Discos			
Mapas			
Filmes			
Diafilmes			
Manuscritos			
Cassetes			

5.1.1

<i>Periódicos (N.º de títulos)</i>	<i>Coleções completas</i>	<i>Coleções com mais de 5 anos</i>	<i>Coleções recentes (- de 5 anos)</i>

5.2 *Organização das coleções:*

- total
 76-99%
 51-75%
 50-26%
 — de 25%
 nenhum (Justificar)

5.2.1 *Opinião do entrevistador quanto à conservação do acervo:*

- bom
 regular
 péssimo

5.3 *Indique os métodos utilizados para novas aquisições:*

- conselho e/ou comissão consultora da Biblioteca
 indicação de professores
 através de catálogos, livrarias, vendedores, etc.
 sugestões dos usuários
 outros. Quais?

6. *SERVIÇOS AO PÚBLICO*6.1 *População urbana*6.2 *Horário de funcionamento da Biblioteca:*

.....

6.3 *Nível sócio-econômico:*

- alto
 médio
 baixo

6.3.1 *Opinião do entrevistador:*

- alto
 médio
 baixo

6.4 *A Biblioteca faz empréstimo domiciliar?*

- sim
 não (justificar)

6.5

<i>Circulação</i>	1976	1977	1978
Número de usuários inscritos			
Média mensal de empréstimos			
Média mensal de consultas			
Média mensal de frequência à Biblioteca			

6.6 *Nível de instrução dos usuários:*

- % 1.º grau
 % 2.º grau
 % 3.º grau (superior)
 % outros

6.7 *A Biblioteca possui um setor infantil ou infanto-juvenil?*

- sim
 não

6.7.1. *Em caso afirmativo, funciona:*

- em prédio próprio
 na própria Biblioteca

6.8 *A Biblioteca possui serviço audiovisual?*

- sim
 não

6.9 *Atividades desenvolvidas pela Biblioteca:*

- incentivo à leitura
 Sociedade Amigos da Biblioteca
 cursos, conferências, palestras, exposições, etc.
 atividades recreativas (Descrever)
 serviços especiais para deficientes da visão
 outras (Especificar sucintamente)

7. SERVIÇO DE EXTENSÃO

7.1 Possui carro-biblioteca?

- sim. Quantos?
- não

7.1.1 No primeiro caso atende:

- bairros urbanos
- zona rural
- outros. Quais?
-

7.2 Possui caixa-estante?

- sim. Quantas?
- não

7.2.1 Em caso afirmativo atende:

- escolas
- asilos
- presídios
- hospitais
- outros. Quais?
-
-

7.3 Possui biblioteca sucursal (filial)?

- sim. Quantas?
- não

7.4 Enviar, por gentileza, a metodologia adotada, bem como publicações referentes ao bloco 7.

8. SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

8.1 Já foi implantado o Subsistema nesse Estado?

- sim
- não

8.2 Quais as atividades centralizadas na Biblioteca Pública ou órgão específico?

- seleção e aquisição

- processamento técnico
- encadernação e/ou restauração
- as atividades não são centralizadas (Justificar)
- outras. Quais?
-
-

8.3 *Número de municípios do Estado*
Número de municípios do Estado que contam com Biblioteca Pública

8.4 *Número de municípios beneficiados pelo Subsistema*

8.5 *Atividades desenvolvidas pelo Subsistema desde sua implantação* (Relatar sucintamente)

8.6 *Quais as principais dificuldades encontradas com a implantação do Subsistema?*

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

9. PUBLICAÇÕES EDITADAS PELA PRÓPRIA BIBLIOTECA PÚBLICA

9.1 *A Biblioteca dispõe de um serviço de intercâmbio?*

- sim
- não

9.2 *A Biblioteca publica:*

- bibliografia
- boletim
- catálogo
- outras obras. Quais?
-
-
-

- 9.2.1 *Indicar a data de início de cada publicação periódica, bem como a data do último fascículo. Em caso de publicação avulsa, indicar o ano.*
- 9.3 *Enviar, por gentileza, a este Instituto as obras publicadas recentemente por essa Biblioteca.*
10. *Com vistas à preservação do patrimônio bibliográfico regional, essa Biblioteca se utiliza do Depósito Legal?*
- sim (Anexar legislação)
- não
- 10.1 *Em caso positivo, qual o percentual de obras recebidas pela Biblioteca?*
11. *Relatar as principais deficiências dessa Biblioteca, seja com referência a recursos humanos, financeiros, instalações, etc.*
12. *Caso haja algum fator importante que não tenha sido abordado neste questionário, com referência a essa Biblioteca, pede-se descrevê-lo.*

Tabulação de dados

Bibliotecas	Região e UF	Área	Móveis		Recursos humanos		Média Salário bibliotecário	Recursos financeiros		Acervo							
			Mesas	Assentos	B.	O.		1976	1978	Livros		Folhetos		Periódicos		Outros	
										1976	1978	1976	1978	1976	1978	1976	1978
NORTE		8.302	87	319	37	80	11.140,00	27.385,00	620.356,00	1.301	234.831	—	9.253	11	99	05	327
BPE	RO	320	08	15	—	08	—	—	—	—	7.236	—	156	—	—	05	54
BPE	AM	6.074	16	88	23	27	10.000,00	—	—	—	156.179	—	1.114	06	84	—	273
BPE	PA	1.300	21	126	10	31	11.060,00	27.385,00	490.366,00	—	48.956	—	7.983	05	15	—	—
BPE	AP	482	17	40	03	09	16.000,00	—	—	1.301	11.359	—	—	—	—	—	—
BPE	AC	126	20	50	01	05	7.500,00	—	129.990,00	—	11.101	—	—	—	—	—	—
NORDESTE		37.976	452	1.772	102	416	8.229,00	150.000,00	4.046.547,00	186.560	491.197	2.553	8.724	281	3.319	6.009	6.326
BPE	MA	2.400	16	68	10	52	9.050,00	150.000,00	—	3.242	125.000	90	370	16	14	870	—
BPE	PI	1.300	54	242	01	53	5.813,00	—	—	—	25.000	—	334	—	—	—	—
BPE	CE	2.772	46	184	09	—	5.049,00	—	—	25.000	30.000	1.000	1.800	219	110	300	300
BPE	RN	1.150	32	98	04	28	9.000,00	—	—	23.064	26.707	1.161	1.283	—	246	—	244
BPE	PB	450	18	80	10	22	5.324,00	—	—	15.000	16.500	—	896	25	03	—	07
BPE	PE	5.041	91	368	21	83	14.000,00	—	3.546.547,00	61.956	126.607	12	22	11	40	442	1.154
BPE	AL	170	18	162	01	42	—	—	—	—	15.705	80	200	04	04	—	03
BPE	SE	4.693	83	200	—	21	—	—	—	—	55.000	210	1.635	06	02	—	—
BPE	BA	20.000	94	370	46	115	9.370,00	—	500.000,00	58.298	70.678	—	2.184	—	2.900	4.397	4.618
SUL		8.855	400	923	57	181	11.700,00	312.955,00	2.322.185,00	281.539	309.840	1.704	2.271	1.946	313	1.033	2.093
BPE	PR	6.200	198	587	37	120	12.000,00	221.054,00	162.503,00	157.594	169.445	1.170	1.436	936	140	687	1.168
BPE	SC	855	39	131	03	18	7.100,00	—	—	21.472	30.265	—	—	52	90	—	308
BPE	RS	1.800	163	205	17	43	16.134,00	91.901,00	2.159.682,00	102.473	110.130	534	835	958	83	346	617
SUDESTE		23.903	282	998	111	351	12.400,00	13.090.575,00	10.192.772,00	1.304.823	1.330.810	2.405	3.877	47	7.948	7.006	15.98
BPE	MG	5.140	120	478	56	131	13.000,00	90.575,00	967.391,00	177.718	199.275	2.230	3.220	09	161	2.319	6.80
BPE	ES	847	20	62	04	10	16.000,00	—	—	31.267	26.120	129	316	38	67	12	2
BPE	RJ	2.916	26	128	14	37	5.331,00	—	225.381,00	179.315	178.481	—	290	—	1.300	—	—
BPM	SP	15.000	116	330	37	173	15.316,00	13.000.000,00	9.000.000,00	916.523	926.934	46	51	—	6.420	4.675	9.14
C. OESTE		3.250	19	146	03	45	6.950,00	65.000,00	40.000,00	15.000	33.816	3.000	750	21	37	—	08
BPE	MT	3.000	15	120	02	21	8.000,00	65.000,00	40.000,00	15.000	20.230	3.000	750	21	37	—	08
BPE	GO	250	04	26	01	24	5.900,00	—	—	—	13.586	—	—	—	—	—	—

Bibliotecas	Região e UF	Conservação Acervo			Nível Sócio-econômico			Circulação								Serviços de extensão		Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas			
								Usuários inscritos		Média mensal de empréstimos		Média mensal de consultas		Frequência à biblioteca				Implantado		N.º de municípios beneficiados	
		Bom	Regular	Péssimo	Alto	Médio	Baixo	1976	1978	1976	1978	1976	1978	1976	1978	C.B.	C.E.	Sim	Não		
NORTE									389			854	2.800	15.521	10.329	16.544	04	07			63
BPE	RO	—	×	—	—	—	×	—	189	—	253	—	750	—	1.235	—	—	—	×	—	
BPE	AM	—	×	—	—	×	—	—	—	—	482	2.800	3.600	2.300	3.200	02	07	—	×	—	
BPE	PA	—	×	—	—	×	—	—	—	—	—	—	2.100	—	2.100	01	—	×	—	63	
BPE	AP	×	—	—	—	×	—	—	200	—	119	—	8.371	8.029	8.371	—	—	—	×	—	
BPE	AC	—	×	—	—	—	×	—	—	—	—	—	700	—	1.638	01	—	—	×	—	
NORDESTE								3.641	18.754	3.195	4.540	59.803	94.291	55.940	89.321	18	07			369	
BPE	MA	—	—	×	—	×	—	1.209	828	628	235	3.033	2.852	4.425	3.503	—	—	—	×	—	
BPE	PI	—	×	—	—	×	—	—	14.637	—	2.066	—	15.700	—	15.700	—	—	—	×	—	
BPE	CE	—	×	—	—	×	—	—	—	—	—	21.154	23.661	21.154	23.661	—	—	×	—	65	
BPE	RN	—	×	—	—	×	—	—	627	—	—	—	—	—	—	01	—	×	—	149	
BPE	PB	—	×	—	—	×	—	—	—	—	—	2.000	3.000	2.045	4.795	—	—	×	—	—	
BPE	PE	—	×	—	—	×	—	1.554	1.084	1.977	1.439	19.750	29.449	14.326	20.935	06	—	×	—	155	
BPE	AL	—	×	—	—	×	—	—	—	—	—	3.000	4.000	4.000	5.000	—	—	—	×	—	
BPE	SE	—	×	—	—	×	—	478	478	—	—	1.766	3.129	3.993	7.527	—	—	—	×	—	
BPE	BA	—	×	—	—	×	—	400	1.100	590	800	9.100	12.500	6.000	8.200	11	07	×	—	—	
SUL								11.552	17.035	16.231	19.024	107.280	133.057	14.794	18.307	02	130			232	
BPE	PR	—	×	—	—	×	—	11.552	15.233	16.231	18.531	83.846	102.997	—	—	01	128	×	—	—	
BPE	SC	×	—	—	—	×	—	—	965	—	333	—	1.786	—	2.604	—	—	×	—	—	
BPE	RS	×	—	—	—	×	—	—	837	—	160	23.434	28.274	14.794	15.703	01	02	×	—	232	
SUDESTE								14.197	11.475	9.379	13.957	38.800	50.658	56.108	74.127	05	27			54	
BPE	MG	×	—	—	—	×	—	6.589	6.826	7.200	9.000	17.000	20.000	34.000	40.000	01	01	×	—	29	
BPE	ES	—	×	—	—	×	—	1.844	334	300	500	1.200	2.300	900	1.400	02	—	×	—	25	
BPE	RJ	×	—	—	—	×	—	2.159	—	122	1.000	354	1.600	476	1.600	01	—	×	—	—	
BPM	SP	×	—	—	—	×	—	3.605	4.315	2.117	3.457	20.246	26.758	20.732	31.127	01	26	×	—	—	
C. OESTE								30	—	50	—	6.750	7.400	3.750	4.264						
BPE	MT	×	—	—	—	×	—	—	—	—	—	750	2.000	750	2.000	—	—	—	×	—	
BPE	GO	—	×	—	—	×	—	30	—	50	—	6.000	5.400	3.000	2.264	—	—	—	×	—	

Bibliotecas	Região e UF	Conservação da Biblioteca			Opinião do entrevistador			Total	Organização da Coleção					Publicações da Biblioteca			
		Bom	Regular	Péssimo	Bom	Regular	Péssimo		76 99%	51 75%	50 26%	— 25%	Nenhum	Bibliografia	Boletim	Catálogo	Outras
NORTE																	
BPE	RO	—	×	—	—	×	—	—	—	×	—	—	—	—	—	—	
BPE	AM	—	—	×	—	—	×	—	—	—	×	—	—	—	—	—	
BPE	PA	—	×	—	—	×	—	—	—	—	×	—	—	—	×	(Anais)	
BPE	AP	×	—	—	×	—	—	—	—	—	×	—	×	—	—	—	
BPE	AC	—	×	—	×	—	—	—	—	—	×	—	—	—	—	—	
NORDESTE																	
BPE	MA	—	—	×	—	—	×	—	—	—	×	—	—	—	—	—	
BPE	PI	—	—	×	—	—	×	—	—	—	×	—	—	—	—	—	
BPE	CE	×	—	—	×	—	—	×	—	—	—	—	—	—	—	—	
BPE	RN	—	×	—	—	×	—	—	×	—	—	—	—	—	—	—	
BPE	PB	—	×	—	—	×	—	—	×	—	—	—	—	—	—	—	
BPE	PE	—	×	—	—	×	—	—	—	×	—	—	—	—	—	—	
BPE	AL	—	×	—	—	×	—	×	—	—	—	—	—	—	—	—	
BPE	SE	×	—	—	×	—	—	—	—	×	—	—	—	—	—	—	
BPE	BA	×	—	—	×	—	—	—	—	×	—	—	—	×	×	—	
SUL																	
BPE	PR	×	—	—	×	—	—	×	—	—	—	—	—	—	—	×	
BPE	SC	×	—	—	×	—	—	—	—	×	—	—	—	—	×	×	
BPE	RS	×	—	—	×	—	—	—	×	—	—	—	—	×	×	×	
SUDESTE																	
BPE	MG	×	—	—	×	—	—	—	×	—	—	—	—	×	—	—	
BPE	ES	×	—	—	×	—	—	—	×	—	—	—	—	×	—	×	
BPE	RJ	Em obras		—	—	×	—	—	×	—	—	—	—	×	—	—	
BPM	SP	×	—	—	×	—	—	—	×	—	—	—	—	×	×	×	
C. OESTE																	
BPE	MT	×	—	—	×	—	—	—	×	—	—	—	—	×	—	—	
BPE	GO	—	×	—	—	×	—	—	—	×	—	—	—	—	—	—	

Manifesto da UNESCO sobre a Biblioteca Pública

A Biblioteca Pública — Uma Instituição Democrática de Educação, Cultura e Informação

A biblioteca pública é uma demonstração prática da fé da democracia na educação universal considerada como um processo contínuo ao longo de toda a vida e no reconhecimento de que a natureza do homem se realiza no saber e na cultura.

A biblioteca pública é o principal meio de proporcionar a todos o livre acesso aos registros dos conhecimentos e das idéias do homem e às expressões de sua imaginação criadora.

A biblioteca pública tem a preocupação de reanimar o espírito do homem, proporcionando-lhe livros que divirtam e sejam gratificantes, de assistir ao estudante e de ter à disposição dos interessados informações técnicas, científicas e sociológicas atualizadas.

A biblioteca pública deve ser estabelecida à base de dispositivos legais inequívocos, que regulem a prestação de um serviço de biblioteca pública de alcance nacional. É indispensável que as bibliotecas cooperem entre si de forma organizada, para que haja plena utilização de todos os recursos nacionais e para que os mesmos possam estar à disposição de qualquer leitor.

Sua manutenção deve ser assegurada totalmente pelos cofres públicos, não se exigindo qualquer remuneração direta pelos serviços que prestar.

Para alcançar seus objetivos, a biblioteca pública deve ser de fácil acesso e suas portas estarão abertas a todos os membros da comunidade, sem distinção de raça, cor, nacionalidade, idade, sexo, religião, língua, situação social ou nível de instrução, para que a utilizem livremente e em igualdade de condições.

Recursos e Serviços

A biblioteca pública deve oferecer a adultos e crianças a oportunidade de participarem de sua época, de se instruírem continuamente e de se manterem a par do progresso das ciências e das artes.

Exposto de maneira atraente e constantemente atualizado, seu acervo deve ser uma demonstração viva da evolução do saber e da cultura. Desse modo ajudará as pessoas a formarem suas opiniões próprias e a desenvolverem suas faculdades críticas e criadoras e suas capacidades de percepção. A biblioteca pública lida com a comunicação de informação e idéias, seja qual for a forma em que se achem expressas.

Como a palavra impressa, há séculos, é o meio adotado para a comunicação de conhecimentos, idéias e informações, os livros, as revistas e os jornais continuam sendo os recursos mais importantes com que as bibliotecas públicas devem contar.

A ciência, porém, vem criando novas formas de registros, que passarão a representar uma parcela cada vez maior do acervo da biblioteca pública. Entre elas incluem-se textos em formato reduzido para armazenagem e transporte de modo compacto, filmes, diapositivos, discos, fitas magnéticas e videoteipes, para adultos e crianças, bem como o equipamento necessário para seu uso individual e para atividades culturais.

A coleção total deve incluir materiais sobre todos os assuntos, de modo a satisfazer os gostos de todos os leitores, seja qual for seu nível de instrução ou cultura.

Nela devem estar representados todos os idiomas falados na comunidade e os livros de importância mundial devem estar presentes nas suas línguas originais.

O edifício da biblioteca pública deve estar localizado num ponto central, ser acessível aos deficientes físicos e manter-se aberta durante um horário conveniente para os usuários. As dependências e seu mobiliário devem ter um aspecto agradável, informal e acolhedor. É indispensável que os leitores tenham livre acesso às estantes.

A biblioteca pública é um centro cultural natural da comunidade, propiciando a reunião de pessoas que têm interesses semelhantes. Deverá, portanto, dispor de espaço e material necessários para a realização de exposições, debates, conferências, concertos e projeções cinematográficas, para adultos e crianças.

Nas zonas suburbanas e rurais deve haver bibliotecas sucursais e bibliotecas ambulantes.

Para selecionar e organizar os materiais e atender os usuários, é indispensável que as bibliotecas tenham um quadro de pessoal suficiente, capacitado e competente. Muitas atividades exigirão um preparo especial, como, por exemplo, o atendimento das crianças e dos excepcionais, o manejo dos materiais audiovisuais e a organização de atividades culturais.

Utilização pelas Crianças

O gosto pelos livros e o hábito de utilizar as bibliotecas e seus recursos são adquiridos mais facilmente nos primeiros anos de vida. A biblioteca pública tem, portanto, o especial dever de proporcionar às crianças a oportunidade de escolherem, individual e informalmente, os livros e outros materiais. Devem ser-lhes destinadas coleções especiais e, se possível, áreas independentes. Assim a biblioteca infantil pode chegar a ser para elas um lugar alegre e estimulante, onde atividades de diferentes tipos serão fonte de inspiração cultural.

Utilização pelos Estudantes

Os estudantes de todas as idades devem poder contar com a biblioteca pública para complementar os recursos que os estabele-

cimentos de ensino lhes oferecem. As pessoas que estudam por si mesmas, sem ir à escola, talvez dependam inteiramente da biblioteca pública para satisfação de suas necessidades de livros e informações.

O Leitor Excepcional

Existe uma preocupação cada vez maior com o bem-estar dos velhos e de todas as pessoas excepcionais. A biblioteca pública pode aliviar, de inúmeras formas, problemas de solidão e deficiências físicas e mentais de todos os tipos.

Melhores meios de acesso aos locais, fornecimento de auxiliares mecânicos para a leitura, livros impressos em caracteres graúdos ou gravados em fitas, atendimento em hospitais e asilos e o serviço individual a domicílio são algumas das formas como a biblioteca pode estender seus serviços àqueles que deles mais necessitam.

A Biblioteca Pública na Comunidade

A biblioteca pública deve adotar uma perspectiva atuante e positiva, demonstrando o valor de seus serviços e estimulando seu uso.

Ela deve associar-se a outras instituições educativas, sociais e culturais, inclusive escolas, grupos de educação de adultos, grupos de atividades recreativas àqueles que se interessam pela promoção das artes.

Deve estar atenta ao surgimento de novas necessidades e interesses na comunidade, como, por exemplo, o estabelecimento de grupos de pessoas que têm necessidades de leituras especiais, e de novos interesses no campo do lazer, que deverão estar representados nas coleções e atividades da biblioteca.

Alguns Princípios Gerais Baseados no Manifesto da UNESCO

- a. Deve haver uma legislação de aplicação geral e compulsória.

- b. Deve haver uma autoridade central incumbida de fiscalizar o cumprimento da legislação.
- c. A legislação nacional ou estadual (num estado federativo), deve indicar as unidades competentes que assumirão a responsabilidade de proporcionar o serviço de biblioteca pública. Essas unidades devem ser tão grandes quanto possível desde que possam administrar diretamente um serviço amplo e eficiente. Pode-se atribuir a unidades menores uma certa responsabilidade, sujeita a supervisão.
- d. Os custos do serviço de biblioteca pública devem ser cobertos com recursos públicos proporcionados pelo governo central ou pela administração local ou por ambos. Principalmente nos países em desenvolvimento, o governo central deve desembolsar uma ajuda substancial para esse fim. Têm que ser previstas as fontes que assegurarão o financiamento de forma contínua, e todas as autoridades locais que detenham algum grau de responsabilidade pela supervisão deverão ter a faculdade concedida por lei, de levantar recursos financeiros.
- e. A utilização do serviço deve ser gratuita, exceto quando o material passar para a propriedade do usuário, como, por exemplo, fotocópias, catálogos impressos, etc.
- f. Deve-se reconhecer que nenhuma unidade administrativa de serviço de biblioteca pública pode ser auto-suficiente no que tange à provisão de materiais a seus usuários. A legislação deve, portanto, prever o mecanismo administrativo para o planejamento global dos serviços de biblioteca e informação, a cooperação entre unidades administrativas bibliotecárias e entre bibliotecas públicas e outras bibliotecas. Também deve estipular a criação de serviços centralizados, como, por exemplo, catalogação, classificação, encadernação, índices e bibliografias, e pesquisa.
- g. Deve ficar explicitado com bastante clareza que só poderão ser financiados com recursos públicos aqueles serviços de biblioteca pública criados por lei, devendo ser tomadas providências para a integração de todas as bibliotecas públicas

que recebam apoio financeiro dos cofres públicos no serviço geral de bibliotecas públicas.

- h.* Devem ser estudadas e atendidas, tanto num contexto geral quanto local, as necessidades dos usuários no que concerne ao empréstimo e à consulta. É preciso que se dê particular atenção às necessidades locais de material de referência para estudo e informação e de revistas e jornais correntes. O pessoal deve prestar auxílio individual aos usuários, tanto diretamente como através do fornecimento de catálogos, listas de livros e bibliografias apropriadas.
- i.* Apesar da reconhecida importância da biblioteca pública no desenvolvimento cultural e educacional, ela deve, para que possa desincumbir-se de sua missão, conservar sua identidade própria, permanecendo como uma instituição independente. Essa necessidade não impede absolutamente que a biblioteca patrocine e estimule projetos culturais, nem impossibilita a associação da biblioteca, a nível local, com organizações comunitárias, instituições de educação social ou organizações que promovam a alfabetização, principalmente nos países em desenvolvimento.
- j.* Deve-se observar que, em nenhum país, se poderá concretizar em sua integridade o potencial de um serviço de biblioteca pública sem o apoio de pessoal que tenha as devidas qualificações profissionais e a necessária experiência. Isso implica a existência de recursos adequados para o ensino, o reconhecimento da Biblioteconomia como uma profissão que requer uma formação de nível superior e uma escala de salários que seja nacionalmente observada.
- l.* As presentes normas devem ser aceitas como diretrizes para o desenvolvimento de serviços nacionais de bibliotecas públicas ou servir de base para a formulação de normas nacionais.

Índice Geral

	Págs.
<i>Dados Biográficos</i>	V
<i>Prefácio</i>	VII
<i>Sumário</i>	XI
<i>Introdução</i>	1
Capítulo 1 — <i>Uma visão retrospectiva</i>	5
Capítulo 2 — <i>Metodologia</i>	13
Capítulo 3 — <i>Bibliotecas públicas: Características gerais</i>	17
Instalações (17). Recursos Humanos (19). Recursos Financeiros (20). Acervo (21). Organização das Coleções (21). Circula- ção (22). Serviço de Extensão (23). Sis- tema Nacional de Bibliotecas Públicas (24). Publicações (24).	
Capítulo 4 — <i>Bibliotecas Públicas: Desigualdades regio- nais</i>	25
Área, Móveis Disponíveis e Média Mensal de Consultas (25). Recursos Humanos e Salários (27). Recursos Financeiros e Fre- quência (27). Acervo (29). Circulação (29). Acervo Total e Área Ocupada pela Biblioteca (30).	
Capítulo 5 — <i>Conclusões</i>	35

	Págs.
Capítulo 6 — <i>Uma Política de Desenvolvimento para Bibliotecas Públicas</i>	39
6.1 — A UNESCO e as Bibliotecas Públicas (40). 6.2 — O papel do Instituto Nacional do Livro (40). 6.2.1 — Registros e Convênios (42). 6.2.2 — Seleção e Distribuição (44). 6.2.3 — Serviço de Extensão (46). 6.2.4 — Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (48).	
<i>Referências Bibliográficas</i>	55

ANEXOS

<i>Anexo 1</i> — Relação das Bibliotecas Públicas onde se colheram as Entrevistas	61
<i>Anexo 2</i> — Roteiro da Entrevista	64
<i>Anexo 3</i> — Tabulação de Dados	72
<i>Anexo 4</i> — Manifesto da UNESCO sobre a Biblioteca Pública	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — <i>Área ocupada pelas bibliotecas</i>	17
Tabela 2 — <i>Salário mensal dos bibliotecários</i>	19
Tabela 3 — <i>Acervo</i>	21
Tabela 4 — <i>Organização das coleções</i>	22
Tabela 5 — <i>Circulação</i>	22
Tabela 6 — <i>Área, móveis disponíveis e média mensal de consultas</i>	26
Tabela 7 — <i>Recursos humanos e salários</i>	27
Tabela 8 — <i>Recursos financeiros e frequência</i>	28
Tabela 9 — <i>Acervo</i>	29
Tabela 10 — <i>Circulação</i>	29
Tabela 11 — <i>Acervo e área ocupada</i>	31



Este livro foi editado em convênio com o Instituto Nacional do Livro/MEC, que reservou uma parte da tiragem para distribuição à sua rede de bibliotecas públicas em todo o território nacional.